

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 039/2024  
Data: 09/05/2024



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP).....</b>	<b>4</b>
CABOTAGEM PODE CRESCER COM MODAIS INTEGRADOS .....	4
UMA JANELA DE OPORTUNIDADE PARA O SETOR PORTUÁRIO .....	6
MAIOR NAVIO DE GUERRA BRASILEIRO É ENVIADO AO RIO GRANDE DO SUL.....	7
PORTO DO RIO GRANDE SEGUE EM OPERAÇÃO APÓS NÃO SER AFETADO PELAS CHUVAS NO RS.....	7
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>8</b>
JUROS BÁSICOS DA ECONOMIA CAEM PARA 10,5% AO ANO .....	8
MINISTÉRIOS PÚBLICOS SÃO CONTRA TERMINAL DE ÁCIDO SULFÚRICO NO PORTO DE MACEIÓ .....	11
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....</b>	<b>13</b>
MPOR APRESENTA MALHA AÉREA EMERGENCIAL PARA O RIO GRANDE DO SUL.....	13
MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA ATINGE 302,9 MILHÕES DE TONELADAS NO PRIMEIRO TRIMESTRE.....	14
<b>PORTAL PORTO GENTE .....</b>	<b>15</b>
A INCERTEZA DO TÚNEL SUBMERSO NO PORTO DE SANTOS .....	15
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT .....</b>	<b>16</b>
EDITORIAL – ESFORÇOS COORDENADOS PELO RIO GRANDE DO SUL .....	16
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	17
<i>Doações 1</i> .....	17
<i>Doações 2</i> .....	17
<i>Doações 3</i> .....	17
<i>Doações 4</i> .....	17
<i>Água já</i> .....	17
<i>Troca na Aviação</i> .....	17
NACIONAL - FAB LIBERA OPERAÇÃO NA BASE AÉREA DE CANOAS .....	18
NACIONAL - BRASIL EXPORT E MINISTÉRIO DE PORTOS LANÇAM AÇÃO PARA AJUDAR RS .....	19
NACIONAL - MPOR ORIENTA ESQUEMA DE DOAÇÕES DE EMPRESAS PARA O RIO GRANDE DO SUL.....	21
NACIONAL - PESAGEM LIVRE AUMENTOU N° DE VEÍCULOS FISCALIZADOS E DIMINUIU EVASÃO .....	22
REGIÃO SUL - CEO DA MADA ARAUJO CONFIRMA PROPOSTA DA JBS NO PORTO DE ITAJAÍ.....	23
REGIÃO NORDESTE - ZPE DO CEARÁ TEM ALTA DE 3% EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO 1º TRIMESTRE.....	24
REGIÃO SUDESTE - GUSTAVO SERRÃO É ANUNCIADO NOVO DIRETOR-PRESIDENTE DA VPORTS .....	25
SEM CATEGORIA - PROGRAMAÇÃO DO 24º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ ESTÁ DEFINIDA.....	26
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....</b>	<b>29</b>
RUMO REALIZA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO DE TRÂNSITO SEGURO EM RODOVIAS E FERROVIAS .....	29
SENADO APROVA VOLTA DO SEGURO OBRIGATÓRIO PARA VEÍCULOS .....	30
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA PLANOS SETORIAIS RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO.....	30
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS .....</b>	<b>30</b>
PARADA NOS LEILÕES DE PETRÓLEO PARA ‘ENXUGAR’ ÁREAS É POSITIVA, DIZ JOELSON MENDES.....	30
REFINARIA DE CANOAS (RS) RETOMA GRADUALMENTE ESCOAMENTO DE GLP .....	33
PETROBRAS E KARPOWERSHIP AVALIAM PARCERIAS EM GÁS E ENERGIA .....	34
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>35</b>
MEDIDAS DO BNDES PARA APOIAR RS TERÃO EFEITO DE ATÉ R\$ 12,6 BI.....	35
MERCADANTE DEFENDE APORTES DO TESOURO NO FAT PARA EVITAR QUE BNDES PERCA RECURSOS PARA EMPRESTAR ....	36
GOVERNO E CONGRESSO CHEGAM A ACORDO SOBRE DESONERAÇÃO DA FOLHA DE 17 SETORES .....	37
STF CONSIDERA LEI DAS ESTATAIS CONSTITUCIONAL, MAS MANTÉM NOMEAÇÕES DE LULA .....	39
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>40</b>
GREVES NO SETOR PÚBLICO CAUSAM PERDAS BILIONÁRIAS A EMPRESAS E SETORES INTEIROS .....	40
ARRECADAÇÃO DE ABRIL ANIMA TÉCNICOS DA FAZENDA, E CRESCIMENTO REAL É ESTIMADO EM 8,5% .....	42
HADDAD DEFENDE COLOCAR TRAVAS NA CONSTITUIÇÃO PARA EVITAR SUPERSALÁRIOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO .....	43
HADDAD: ‘NÃO TEM UMA BANCADA BOLSONARISTA E UMA BANCADA LULISTA NO BC’ .....	45
VÍDEO: EMBRAER DIVULGA PRIMEIRAS IMAGENS DO PROTÓTIPO DE ‘CARRO VOADOR’ EM ESCALA REAL .....	47
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>48</b>
CONGRESSO MUDA LEI DE LICITAÇÕES E PERMITE INÍCIO DE CONTRATO SEM AVALIAÇÃO DO ANTEPROJETO OU ORÇAMENTO.....	48
PETRÓLEO CAMINHA PARA LIDERAR EXPORTAÇÕES DO PAÍS .....	49



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 039/2024  
Página 3 de 61  
Data: 09/05/2024  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

LUCRO DA SANTOS BRASIL CRESCE MAIS DE TRÊS VEZES NO 1º TRIMESTRE.....	50
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF.....</b>	<b>51</b>
GOVERNO ANUNCIA R\$ 50,9 BILHÕES PARA O RS: VEJA PARA ONDE VAI O DINHEIRO.....	51
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 9,041 BILHÕES EM ABRIL.....	54
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>55</b>
ABDAN IDENTIFICA 5 PRINCIPAIS APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR PARA DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA.....	55
KEPLER WEBER ASSINA CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE ATÉ R\$ 150 MILHÕES COM A IFC.....	56
DESCARBONIZAÇÃO NA INDÚSTRIA MARÍTIMA PODERÁ CRIAR ATÉ QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS VERDES ATÉ 2050.....	57
SEATRIUM ASSINA ACORDO DE DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA COM ABS.....	58
NOVA INSTALAÇÃO DE HIDROGÊNIO NO PIAUÍ RECEBE IMPULSO DE US\$ 30 MILHÕES.....	58
NICARÁGUA ENTERRA PLANO DE CANAL LIGANDO ATLÂNTICO E PACÍFICO.....	59
TRANSIÇÃO TRAZ MUITAS OPORTUNIDADES PARA AMPLIAR EFICIÊNCIA ATÉ 2030, AVALIA WILSON SONS.....	60
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....</b>	<b>61</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	61



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### CABOTAGEM PODE CRESCER COM MODAIS INTEGRADOS

Encontro Porto & Mar debateu o assunto nesta quarta-feira (8), em Santos

Por: **Bárbara Farias**



**Encontro Porto & Mar reuniu autoridades, empresários e especialistas no setor portuário para discutir transporte marítimo dentro do Brasil Foto: Alexander Ferraz/AT**

O avanço da cabotagem no País passa pela integração de modais de transporte de cargas, principalmente com o rodoviário no segmento de contêineres, e a regulamentação da Lei Federal 14.301/2022 (BR do Mar). Além disso, a eficiência logística está diretamente atrelada ao planejamento e ao custo-benefício. Os desafios do transporte entre os portos brasileiros foram debatidos durante o 1º Encontro Porto & Mar 2024,

promovido pelo Grupo Tribuna, nesta quarta-feira (8), no auditório da Receita Federal, em Santos.

O vice-presidente de Relações Governamentais da Maersk na América Latina, Danilo Veras, cuja companhia opera cabotagem pela empresa Aliança, disse que o transporte de contêineres pelos navios precisa estar em sintonia com o modal rodoviário. “(A cabotagem) é chegada ao terminal, navios, terminal novamente e destino”.

O CEO da Norcoast, Gustavo Paschoa, destacou que o grande competidor da cabotagem é o caminhão. “Temos que migrar um contêiner a cada cinco que estão rodando na costa brasileira para a cabotagem. Cabe a nós, operadores, três coisas: ter espaço nos navios para colocar os contêineres, planejamento e educar o embarcador para opte pela cabotagem”.

O diretor da Costa Brasil, Marcio Salmi, afirmou que os operadores devem investir em “frota e no multimodalismo” para a expansão da cabotagem. “O Brasil é um país continental que precisa de integração logística eficiente. Somos viabilizadores desse tipo de conversão”.

Já a diretora do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), Mônica Barros, relacionou a falta de infraestrutura nos portos a custos logísticos elevados como barreiras à cabotagem. “Quando não tem a infraestrutura portuária adequada à janela que estava planejada, há uma piora do nível serviço com incremento de custo, aí é um potencial explosivo para você matar um pouco a cabotagem”.

Durante o encontro, os painelistas analisaram investimentos na cabotagem num período de quatro anos, tanto em infraestrutura portuária quanto em superestrutura de terminais, pelo poder público e pela iniciativa privada, respectivamente, lembrando ainda que, apesar da instituição da lei, em 2020, os estímulos ao transporte de cargas entre portos desaceleraram devido à pandemia de covid-19, que, inclusive, gerou alta global de custos logísticos.

Sobre isso, o diretor-presidente da Santos Brasil, Antonio Carlos Sepúlveda, comentou que “foi um momento atípico que, sem sombra de dúvidas, impactou o crescimento de carga doméstica no Brasil”, ponderando que a norma existente traz “segurança jurídica e atraiu investimento de capital privado, como é o caso da Norcoast” para o setor, no País.

Sepúlveda defendeu também que “temos que dar tempo para a regulamentação se consolidar, tirando as coisas que trazem impedâncias e deixar a economia aberta para o mercado”.



Já o vice-presidente da Log-In Logística Intermodal, Marcus Voloch, lembrou sobre a discussão ocorrida em 2019 com o então Ministério da Economia em relação à não exigência de bandeira brasileira e os impactos nas regiões do País na cabotagem. “Naquela ocasião, a gente simulou o que aconteceria e o resultado foi um excesso de capacidade entre Buenos Aires e Santos e um deserto no Arco Norte. Manaus acabaria, porque de Buenos Aires a Manaus precisa fazer vários fretes pequenos ao longo do caminho”.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luís Fernando Resano, frisou que a cabotagem está em crescimento no Brasil. “Em 2011, foram transportados na cabotagem 400 mil TEU (contêiner de 20 pés). Em 2023, foram 1,2 milhão de TEU, sendo cerca de 400 a 500 mil TEU de feeder (carga com origem ou destino final no exterior) e o restante de carga doméstica”.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista, salientou que é necessário aumentar a oferta de arrendamentos nos portos organizados para essas empresa.

“Temos que disponibilizar, dentro do modelo de landlord (arrendamentos), nas companhias docas, mais áreas para serem leiloadas, investidas pela iniciativa privada, para dotar o País de mais infraestrutura para trabalhar os contêineres da forma mais adequada”.

### **Importância**

Na abertura do evento, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, enfatizou que o Porto de Santos tem que ser exemplo aos demais equipamentos de logística no reequilíbrio da matriz de transporte do País.

“Hoje, o modal rodoviário corresponde a 60%; o ferroviário, 30% e dutos, 10%. A regulamentação da BR do Mar é importante porque os demais modais estão esgotados”.

O diretor-presidente do Jornal A Tribuna, Marcos Clemente Santini, salientou que a navegação doméstica é importante não somente para a carga, mas também para os cruzeiros, e o Porto de Santos está incluído. “É preciso destravar essas amarras existentes para ampliar o número de navios que fazem a cabotagem no Brasil”.

O diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, ressaltou a importância do debate sobre o crescimento da cabotagem.

“A cabotagem pode ser muito positiva para o País. A lei já foi aprovada, falta a regulamentação, e o setor quer saber um pouco mais. Então, é uma ótima oportunidade de aprofundar o assunto”.

O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), ressaltou que o encontro contribui para a discussão da relação Porto-Cidade e disse que o Município trabalha no aprimoramento da Lei de Uso e Ocupação de Solo para que a Área Continental possa abrigar “o porto-indústria”.

“A Zona de Processamento de Exportação (ZPE), beneficiando não somente Santos, mas Cubatão e Guarujá, para que a gente possa trabalhar juntos de forma consorciada”.

### **Missão na Coreia do Sul**

O Grupo Tribuna fará uma missão portuária na Coreia do Sul entre os dias 16 e 21 de junho. Quarenta e oito pessoas, entre empresários e autoridades do setor portuário visitarão portos e indústrias coreanas e conhecerão investimentos feitos em tecnologia de ponta em infraestrutura logística e portuária para o mercado de exportação.

Em Seul, a comitiva visitará a Hyundai, que oferecerá um jantar no dia 17, e desfrutará de um “experience day” oferecido pelas indústrias Samsung e LG. No dia 19, a delegação segue de trem-bala de Seul para a cidade portuária de Busan, onde visitará dois terminais. De lá, os visitantes viajarão até a cidade de Ulsan, onde também conhecerão um terminal porto-industrial. Os detalhes

foram revelados pelo consultor de assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues, no Encontro Porto & Mar.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 09/05/2024*

## UMA JANELA DE OPORTUNIDADE PARA O SETOR PORTUÁRIO

O setor portuário brasileiro já apresenta padrões altos de eficiência; maiores gargalos se encontram fora dos portos

*Por: Gesner Oliveira*



*Foto: Divulgação/Porto de Santos*

O Brasil está diante de uma importante oportunidade para rever e adequar os incentivos para a modernização e ganho de eficiência no setor portuário. Isso porque, em março deste ano, foi instituída a Comissão de Juristas para Revisão Legal Exploração de Portos e Instalações Portuárias. Tal Comissão irá debater e propor pontos de revisão do arcabouço legal que rege o setor, datado de 2013 (Lei nº 12.815/2013 - "Lei dos Portos").

A Comissão conta tanto com ministros do Tribunal Superior do Trabalho, o TST (ministros Alexandre Luiz Ramos e Douglas Alencar), quanto do Tribunal de Contas da União, o TCU (ministro Benjamin Zymler), assim como desembargadores e agentes relacionados ao setor. O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, também comporá a Comissão.

Além de debates internos, o grupo também realiza audiências públicas para ouvir a sociedade. Dentro de um prazo de 180 dias será apresentada uma proposta para o setor.

A tarefa da Comissão é desafiadora devido ao seu carácter ambivalente. Por um lado, novas e importantes questões surgiram ou se intensificaram no setor desde a promulgação da Lei dos Portos - como, por exemplo, as questões ESG e de combustíveis alternativos, bastante tratadas nesta coluna. As discussões sobre desestatizações portuárias; os debates sobre verticalização entre terminais e armadores; e a Portaria nº 574/2018, que versa sobre a autonomia das autoridades portuárias, são outros temas que deverão ser abordados.

Tais questões precisam ser devidamente endereçadas no arcabouço regulatório do setor para garantir que o país tenha as bases necessárias para seguir atualizado no cenário internacional. É desejável que a proposta vise à desburocratização geral do setor, sendo questões específicas válidas já para novos arrendamentos e projetos.

Por outro lado, deve-se pensar na estabilidade regulatória, visto que qualquer modificação substancial, que altere drasticamente os incentivos e o arcabouço vigente, pode provocar impactos negativos no setor. Mudanças na regra do jogo costumam afetar as expectativas dos agentes e podem resultar em insegurança jurídica. Portanto, devem ser discutidas e fundamentadas de forma técnica.

Cumprir lembrar que o setor portuário brasileiro já apresenta padrões altos de eficiência. Os maiores gargalos se encontram, na verdade, fora dos portos, seja no acesso às instalações, seja em infraestruturas de suporte à operação. É o caso dos terminais do Norte do país, que precisam contornar acessos terrestres impróprios e instabilidade na rede elétrica para conseguirem operar. Como consequência, esses portos precisam investir em equipamentos que, de outra forma, não seriam necessários, o que naturalmente leva a ineficiências.

Em resumo, há uma importante janela de oportunidade para melhorar a regulação no setor portuário e atualizar o arcabouço regulatório em linha com as novas questões do setor. No entanto, tal revisão deve ser feita com parcimônia e de forma técnica, visando a melhorar (e não piorar) a estabilidade jurídica e os incentivos dos agentes, além de considerar que grande parte dos gargalos estruturais do setor veem de fora da infraestrutura portuária.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 09/05/2024**

## MAIOR NAVIO DE GUERRA BRASILEIRO É ENVIADO AO RIO GRANDE DO SUL

Marinha informou que embarcação deve chegar no sábado ao Porto do Rio Grande para auxílio aos atingidos pela enchente

**Por: ATribuna.com.br e Agência Brasil**



**Marinha informou que embarcação deve chegar no sábado ao Porto do Rio Grande do Sul Foto: Reprodução/ X**

O maior navio da esquadra brasileira está a caminho do Rio Grande do Sul para auxiliar as vítimas das fortes chuvas e das enchentes que atingem a maioria das cidades do estado desde o fim de abril.

De acordo com a Marinha, o Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico transportará duas estações móveis para tratamento de água, capazes de produzir um total de 20 mil litros de água potável por hora. Elas serão usadas para o abastecimento de água da população, que sofre com o colapso do sistema de tratamento e abastecimento no estado.

O Navio-Patrolha Oceânico Amazonas e a Fragata Defensora, com efetivo militar, também estão a caminho. ÀS 18 horas desta quarta-feira (8), a Portos RS informou mantinha suspensas as operações nos portos de Porto Alegre e de Pelotas. Já o Porto do Rio Grande seguia operando normalmente.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 09/05/2024**

## PORTO DO RIO GRANDE SEGUE EM OPERAÇÃO APÓS NÃO SER AFETADO PELAS CHUVAS NO RS

Área portuária não foi afetada pelas chuvas e enchentes que atingiram o estado, diz autoridade portuária local

**Por: ATribuna.com.br**



**Porto do Rio Grande é o principal do estado, que vive calamidade provocada pelas fortes chuvas Foto: Divulgação/Portos RS**

A Portos RS, Autoridade Portuária que administra dos portos do Rio Grande do Sul, informou nesta terça-feira (7) que mantém as operações normais no Porto do Rio Grande, principal do estado, afirmando que os trabalhos não foram afetados pela elevação do nível da Laguna dos Patos.

Em nota à imprensa, a companhia disse que, na manhã de terça, a correnteza no canal de acesso ao Porto do Rio Grande era vazante, permitindo o escoamento da água com uma velocidade de aproximadamente três nós, o equivalente a 5,55 km/h. A tábua de maré indicava o nível de 90cm acima do normal.



Já no final da tarde, a correnteza o escoamento das águas em direção ao Oceano Atlântico atingiu velocidade de cinco nós, o equivalente a 9,2 km/h. O nível da Laguna ficou 84 cm acima do normal, melhorando a situação.

### **Outros portos**

Em Porto Alegre, as operações portuárias seguem paralisadas devido à manutenção do nível do Lago Guaíba acima da cota de inundação, enquanto o Porto de Pelotas estava com as operações de embarque de toras de madeira para a empresa CMPC paradas devido às condições climáticas adversas.

Quanto à travessia para São José do Norte, o transporte de passageiros estava suspenso temporariamente, sendo mantida apenas a balsa para veículos.

A companhia ainda ressaltou que segue monitorando a situação e está preparando-se para uma reabertura gradual das atividades portuárias, garantindo a segurança de todos os envolvidos e a eficiência das operações.

### **Flexibilização de esquemas operacionais**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) permitiu, ontem, que haja uma flexibilização temporária dos esquemas operacionais das Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) que operam no Rio Grande do Sul e são reguladas pela agência.

O objetivo é atender às necessidades da região que é afetada pelos níveis extremos de chuvas em todo o estado, ocasionando impactos significativos nas condições de deslocamento das populações de vários municípios do Rio Grande do Sul.

A agência permitiu que a flexibilização aconteça durante 60 dias. Esse prazo poderá ser prorrogado ou antecipado por solicitação da empresa e será avaliado.

Atualmente, na região existem 14 linhas de travessia, com 25 empresas autorizadas. Essas linhas são pertinentes ao transporte interestadual com Santa Catarina ou internacional, essencialmente com localidades argentinas.

O pedido de flexibilização do esquema operacional deverá ser apresentado no site da Antaq ([gov.br/antag](http://gov.br/antag)), através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) ou do Sistema de Outorgas Eletrônica (SOE) com informações sobre as alterações desejadas, incluindo eventual paralisação total dos serviços outorgados.

A Antaq tem participado de reuniões com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com a Portos RS. Nos encontros, estão sendo acompanhados os impactos atuais nos portos e hidrovias locais.

Além das ações que a agência vem tomando, o MPor também está encaminhando providências para a Portos RS fazer um levantamento dos prejuízos que foram causados na infraestrutura portuária e nas hidrovias da região.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 08/05/2024*



**MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA**

**JUROS BÁSICOS DA ECONOMIA CAEM PARA 10,5% AO ANO**



A decisão do Comitê de cortar a taxa de juros em 0,25 recebeu críticas de políticos e do setor produtivo

*Informações Agência Brasil*



**Roberto Campos Neto: críticas apesar do corte no juros/Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil**

O Banco Central (BC) diminuiu o ritmo do corte de juros. Por 5 votos a 4, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros e foi motivada pela alta recente do dólar e pelo aumento das incertezas no cenário global.

O Copom se dividiu sobre o percentual de redução. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, desempatou a decisão ao votar por um corte de 0,25 ponto. Além de Campos Neto, votaram por essa redução os seguintes diretores Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes, indicados pelo governo anterior. Votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual os seguintes membros: Ailton de Aquino Santos, Gabriel Muricca Galípolo, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira, indicados pelo atual governo.

A decisão do Comitê recebeu críticas de políticos e do setor produtivo. Na avaliação deles, a diminuição do ritmo de cortes prejudica a recuperação da economia.

Essa foi a sétima vez consecutiva que o Copom reduziu a Selic. No entanto, a velocidade dos cortes diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião.

Em comunicado, o Copom informou que o cenário internacional se agravou e que a inflação subjacente, que elimina preços mais voláteis, está acima da meta de inflação. Além disso, o comunicado defendeu que o arcabouço fiscal aprovado no ano passado tenha credibilidade. Ao contrário das últimas reduções, o Banco Central não deu nenhuma indicação sobre o que fará nos próximos encontros.

“O comitê acompanhou com atenção os desenvolvimentos recentes da política fiscal e seus impactos sobre a política monetária. O comitê reafirma que uma política fiscal crível e comprometida com a sustentabilidade da dívida contribui para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de risco dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária”, destacou o texto.

### **Histórico da taxa de juros**

A taxa está no menor nível desde fevereiro de 2022, quando estava em 9,75% ao ano. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, num ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano por sete vezes seguidas, quando começou a ser reduzida.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic estava em 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia de covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021.

### **Decisão criticada**



**Ricardo Alban, presidente da CNI/Foto: CNI**

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a decisão do Copom não reflete o cenário atual de inflação, que está em queda e desacelerou em março. Nesta semana, a CNI tinha pedido que o BC cortasse os juros básicos da economia em 0,5 ponto percentual.

“Essa decisão é incompatível com o atual cenário de inflação controlado e torna impraticável continuar o projeto de neoindustrialização do país com altos níveis de taxa de juros. Reduzir o ritmo de corte da taxa básica tira a oportunidade de o Brasil alcançar mais prosperidade econômica, aumento de emprego e de renda”, afirmou em comunicado o presidente da entidade, Ricardo Alban.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a queda reduzida não está alinhada com o atual cenário econômico do Brasil. Em nota, a Firjan apontou que o processo de desinflação segue em curso, com a inflação cheia ao consumidor dentro da margem de tolerância da meta, como mostram dados recentes. A nota acrescenta que a manutenção da taxa de juros em níveis elevados “tem afetado a confiança dos empresários na economia brasileira, prejudicando o investimento, essencial para o crescimento econômico sustentável”.

A entidade destaca que em um cenário de instabilidade externa, marcado pelo acirramento de conflitos geopolíticos e por juros altos, o alinhamento entre as políticas fiscal e monetária é fundamental. “A recente mudança das metas fiscais para 2025 e 2026, ao adiar o ajuste fiscal necessário para estabilizar a dívida pública, influenciou as expectativas dos investidores e aumentou o risco-país”, mencionou. Nesse contexto, a Firjan considera crucial reforçar a credibilidade fiscal, através de um esforço para a contenção de despesas. “Esse caminho abrirá mais espaço para juros baixos, promovendo, assim, um ambiente propício ao crescimento sustentável da atividade econômica”, conclui a nota.

Já a Associação Paulista de Supermercados (Apas) lembra que fatores internacionais, como o atraso na diminuição dos juros nos Estados Unidos, levaram à diminuição da velocidade do corte. A entidade avalia que a medida ajudará a segurar a inflação, mas que pode prejudicar a atividade econômica. “A expectativa da Apas é que essa decisão do Copom produza um efeito tanto no controle inflacionário, mas, por outro lado, tenha um efeito sobre o ritmo de atividade doméstica”, destacou o economista-chefe da entidade, Felipe Queiroz.

### **Centrais sindicais**

A diminuição no ritmo de cortes também recebeu críticas das centrais sindicais. Para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a desaceleração da queda da Selic aprofunda a carga pesada de juros sobre o governo e a população.

“Como nós sempre denunciemos, os juros extorsivos praticados pelo Banco Central impactam no desenvolvimento do país, sob o argumento de que é preciso controlar a inflação. Mas a inflação segue sob controle, inclusive segue em queda, ainda que lenta”, destacou a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira.

Para a Força Sindical, a queda de apenas 0,25 ponto é pequena e insuficiente. Em nota, o presidente da entidade, Miguel Torres, disse que o Banco Central frustra os trabalhadores e se curva aos especuladores, beneficiando os rentistas.

“Vale destacar que juros altos sangram o país e inviabilizam o desenvolvimento. O pagamento de juros, por parte do governo, consome e restringe consideravelmente as possibilidades de crescimento do país, bem como os investimentos em educação, saúde e infraestrutura, entre outros”, destacou Torres.

### Inflação

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em março, o indicador ficou em 0,16% e acumula 3,93% em 12 meses. Após um repique em fevereiro, a inflação desacelerou em março, por causa de alimentos, bebidas e transporte.

O índice em 12 meses está exatamente no teto da meta de inflação. Para 2024, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou meta de inflação de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não podia superar 4,5% nem ficar abaixo de 1,5% neste ano.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária manteve a estimativa de que o IPCA fecharia 2024 em 3,5% no cenário base. A projeção, no entanto, pode ser revista na nova versão do relatório, que será divulgada no fim de junho.

As previsões do mercado estão mais otimistas que as oficiais. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,73%, abaixo portanto do teto da meta. Há um mês, as estimativas do mercado estavam em 3,76%.

### Crédito mais barato

A redução da taxa Selic ajuda a estimular a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas mais baixas dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Inflação, o Banco Central aumentou para 1,9% a projeção de crescimento para a economia em 2024.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 2,05% do PIB em 2024.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*  
*Data: 09/05/2024*

## MINISTÉRIOS PÚBLICOS SÃO CONTRA TERMINAL DE ÁCIDO SULFÚRICO NO PORTO DE MACEIÓ

Unidade de granéis líquidos no Porto de Maceió iria atender fábrica de fertilizantes  
*Por Vanessa Siqueira*



**Unidade de ácido sulfúrico iria atender fábrica de fertilizantes da Timac Agro no município de Santa Luzia do Norte. Foto: Assessoria Porto de Maceió**

Uma recomendação conjunta, assinada pelos Ministérios Públicos Federal (MPF), do Estado de Alagoas (MPE), e pela Defensoria Pública da União (DPU), pede ao Ministério dos Portos e Aeroportos a revogação da autorização para instalação de um empreendimento iria armazenar granéis líquidos, principalmente ácido sulfúrico, no Porto de Maceió. A alegação do pedido é



que há riscos para o meio ambiente, à população, ao potencial turístico e à pesca na capital alagoana.

Segundo a recomendação, o pedido é para que o Ministério anule ou revogue o decreto 10.330/2020, que autoriza a Timac Agro, que pertence ao grupo francês Roullier, a operar esse material no terminal portuário da cidade.

A licença foi obtida em 2020 junto ao Governo Federal durante leilão realizado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O projeto visava a instalação de uma Unidade de Recebimento e Estocagem de Ácido Sulfúrico, para atender a fábrica de fertilizantes da empresa no município de Santa Luzia do Norte, que fica na Região Metropolitana de Maceió.

O terminal onde o ácido sulfúrico ficaria armazenado seria construído em uma área de quase 8 mil metros quadrados no Porto de Maceió, localizado entre as principais praias urbanas da cidade.

Os órgãos defendem que não houve a devida avaliação de impactos ambientais antes da publicação do decreto que autorizou a licença, uma vez que o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) realizado pela Antaq não avaliou os riscos do empreendimento ao meio ambiente, à sociedade e ao potencial turístico da cidade.

Após análise do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado pela Timac Agro, o Instituto de Meio Ambiente de Alagoas (IMA) negou a licença ambiental solicitada pela empresa.

Na documentação, a própria Timac estimava que 77% dos impactos ambientais significativos gerados pelo empreendimento são negativos, apontando como positivo apenas o aumento da arrecadação tributária.

Entre os problemas verificados pelo IMA/AL estão falta de detalhamento da biodiversidade marinha existente nas proximidades; a ausência de avaliação dos prováveis impactos ambientais sobre as atividades pesqueiras e turísticas; a falta de medidas mitigadoras e de controle ambiental; a falta de avaliação exaustiva de alternativas locais para o empreendimento e não inclusão de componentes ambientais marinhos, como os recifes de corais da Pajuçara, nas áreas estudadas.

### **Depósito no Porto de Maceió infringiria Código de Urbanismo**

O MPF, o MPAL e a DPU destacam que a instalação do depósito fere também o Código de Urbanismo e de Edificações de Maceió, que determina o armazenamento de “produtos químicos, tóxicos, inflamáveis e/ou explosivos, ou que seja capaz de causar poluição ambiental” no raio mínimo de 500m do perímetro urbano.

O local está inserido na zona urbana de Maceió e fica em uma área reconhecida pelo Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió como Área de Preservação Permanente (APP), próxima da Piscina Natural da praia de Pajuçara e dos recifes que formam a barreira de corais no litoral da capital.

A Defensoria Pública da União disse que ainda tentou que a empresa adequasse o projeto para a movimentação de outros tipos de cargas de granel líquido que não sejam ácido sulfúrico. No entanto, a empresa informou que a participação na licitação foi para o fim único e exclusivo de armazenagem e movimentação de ácido sulfúrico e que “todos os estudos e projetos técnicos contratados e elaborados por empresas especializadas atestam a viabilidade técnica-jurídica, bem como a segurança da implantação e operação do projeto”.

O Porto de Maceió informou ao Movimento Econômico que não irá comentar a decisão e que aguarda as diretrizes e deliberações sobre o caso.

**Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda**

**Data: 09/05/2024**

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### MPOR APRESENTA MALHA AÉREA EMERGENCIAL PARA O RIO GRANDE DO SUL

A população contará com até 116 voos semanais nesta primeira fase do plano de aviação emergencial na região



O Governo Federal, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, anuncia a malha aérea emergencial para atender a população do Rio Grande do Sul afetada pelas fortes chuvas que assolam a região. Após um amplo debate envolvendo a Casa Civil, Ministério da Defesa, Infraero, Anac, Fraport, Abear, ABR e as companhias aéreas, a população contará com até 116 voos semanais nesta primeira fase do plano de aviação emergencial na região, sendo 88 no Rio Grande do Sul e 28 em Santa Catarina.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçou que tais medidas fazem parte da primeira fase do plano de aviação emergencial. "Nós vamos avançar na aviação regional. Naturalmente, conforme a demanda da população, a gente vai ampliando o número de voos regionais, para que a sociedade brasileira, sobretudo o povo do Sul, possa ter acesso aos voos que são tão importantes para o estado. É um desafio grande, mas o trabalho conjunto tem sido fundamental para a gente ajudar o Brasil", finalizou.

Dos 12 aeroportos existentes hoje no Estado, seis terminais aeroportuários farão parte do plano, além da Base Aérea de Canoas. Neste primeiro momento, serão 53 voos semanais operando nos aeroportos de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana. Além disso, os aeroportos de Florianópolis, Chapecó e Jaguaruna também farão parte do plano para apoio à população.

Já a Base Aérea de Canoas passará a contar com até 5 voos diários, contabilizando 35 voos semanais. Em articulação com o poder público, as operações na Base se iniciarão assim que a concessionária Fraport estruturar a logística mínima necessária para receber os passageiros, atendendo os requisitos mínimos operacionais e de segurança. Além disso, a Base Aérea continuará como o principal hub da logística de cargas para receber as doações a serem distribuídas para a população atingida pelas fortes chuvas.

Como parte do grande esforço emergencial, a base aérea de Canoas recebe cinco voos de companhias aéreas com cargas de mantimentos entre ontem e hoje, contabilizando cerca de 50 toneladas de doações. Importante destacar que a Infraero está apoiando as operações dos aeroportos do Estado do Rio Grande do Sul.

### CONFIRA A MALHA AÉREA EMERGENCIAL

- *Aeroporto de Caixas do Sul | 25 voos semanais*
- *Aeroporto de Santo Ângelo | 2 voos semanais*
- *Aeroporto de Passo Fundo | 16 voos semanais*
- *Aeroporto de Pelotas | 5 voos semanais*
- *Aeroporto de Santa Maria | 2 voos semanais*
- *Aeroporto de Uruguaiana | 3 voos semanais*

- Base aérea de Canoas | 35 voos semanais
- Aeroporto de Florianópolis | 21 voos semanais
- Aeroporto de Jaguaruna | 7 voos semanais
- Aeroporto de Chapecó | aumento de capacidade da aeronave

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 09/05/2024

## MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA ATINGE 302,9 MILHÕES DE TONELADAS NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Os dados foram divulgados pelo Estatístico Aquaviário da Antaq; entre os destaques estão o minério de ferro e o açúcar



- Foto: Divulgação

O setor portuário do Brasil apresentou crescimento de 5,2% durante o primeiro trimestre do ano corrente, revelam os dados divulgados pelo Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Este aumento significativo foi impulsionado principalmente pela movimentação de cargas containerizadas e granéis sólidos.

Conforme as estatísticas, entre janeiro e março de 2024, foram movimentadas 302,9 milhões de toneladas de cargas, em comparação com os 287,9 milhões de toneladas do mesmo intervalo de tempo no ano anterior. Destaca-se, nesse cenário, o aumento na movimentação de minério de ferro (+13,95%) e açúcar (+83,08%).

No que diz respeito às cargas containerizadas, o trimestre registrou um total de 34,1 milhões de toneladas movimentadas, marcando um aumento de 20,3% em comparação com o ano anterior, equivalente a 3,1 milhões de TEUs (Twenty-foot Equivalent Units). Deste montante, 23,2 milhões de toneladas foram movimentadas em longo curso e 10,5 milhões por cabotagem.

Os granéis sólidos, que representam uma parcela significativa, correspondendo a 57,7% do total movimentado, apresentaram um crescimento de 6,43% em relação ao mesmo período de 2023, totalizando 174,6 milhões de toneladas entre janeiro e março deste ano.

Por outro lado, os granéis líquidos e as cargas gerais registraram movimentações de 79,9 milhões de toneladas (-0,46%) e 14,3 milhões de toneladas (-6,4%), respectivamente, durante o trimestre.

### Navegação em Ascensão

No que tange à navegação, a movimentação de cargas de longo curso alcançou a marca de 210,1 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2024, indicando um crescimento considerável de 7,32% em comparação com o período homólogo.

Já a cabotagem apresentou um incremento de 2,98% em relação ao período homólogo, atingindo um volume de movimentação de 72,7 milhões de toneladas. Destaca-se ainda o aumento expressivo de 25,06% na cabotagem de contêineres em comparação com o primeiro trimestre de 2023.

As operações de carga de apoio portuário e marítimo registraram um crescimento de 9,74% no trimestre, totalizando 0,4 milhão de toneladas movimentadas. Entretanto, a navegação interior apresentou uma leve queda de 7,47% nos três primeiros meses do ano, atingindo uma movimentação de 19,2 milhões de toneladas.

### Portos Públicos e Terminais Privados em Destaque



Os portos públicos do país movimentaram um total de 104,4 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2024, representando um aumento de 6,62% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Dentre esses portos, destaca-se o Porto de Santos, que liderou em movimentação com 32,5 milhões de toneladas, registrando um aumento de 14,56% em relação ao mesmo período de 2023. Por sua vez, o Porto de Itaguaí (RJ) apresentou o maior crescimento percentual para o trimestre, com 24,44%, movimentando 13 milhões de toneladas.

Os Terminais de Uso Privado (TUPs) registraram uma movimentação de 198,5 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2024, representando um crescimento de 4,47% em comparação ao mesmo período do ano passado.

Entre os principais 20 TUPs do país, o Terminal da Ilha Guaíba, localizado no Rio de Janeiro, se destacou pelo maior crescimento, alcançando um aumento de 33,47% em relação a 2023, com um total de 6,4 milhões de toneladas movimentadas no trimestre.

### Acesso ao Painel Estatístico Antaq

O Painel Estatístico da Antaq está acessível via smartphones e tablets, disponível no site da Agência. Através desta ferramenta eletrônica, é possível acessar dados relacionados ao transporte de longo curso, cabotagem, vias interiores, bem como a movimentação portuária de contêineres, proporcionando uma visão abrangente e atualizada do panorama aquaviário nacional.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 09/05/2024**



## PORTAL PORTO GENTE

### A INCERTEZA DO TÚNEL SUBMERSO NO PORTO DE SANTOS

*Editorial Portogente*

*O governo pertence à comunidade: dando responsabilidade ao cidadão, em vez de servi-lo. (David Osborne)*

A quase centenária promessa de ligação a seco das margens do Porto de Santos, hoje é um desafio às duas maiores lideranças do Brasil: o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos). Mesmo com tantos eventos e anúncios, a contratação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas- FIPE e da Fundação Vanzolini da USP, para o desenvolvimento do projeto, no estágio em que ainda se encontra é inferior ao alcançado por essa proposta décadas atrás: hoje há mais incertezas; afora os graves rumores.

**Veja mais: Olhar atento do presidente Lula ao Porto de Santos. - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115891-olhar-atento-do-presidente-lula-ao-porto-de-santos>

Por ligar dois municípios, Santos e Guarujá, é indubitável o interesse e peso do governador de São Paulo, que contratou a FIPE. Principalmente para substituir o sistema caótico atual, de travessias por balsas e lanchas, sob administração do governo estadual. Portanto e estruturalmente, trata-se de uma obra com seu papel maior de viés estadual. No entanto, equivocadamente e sem justificativa, a Autoridade Portuária aparece liderando o processo do túnel.

**Veja mais: O debate político da relação Porto e Cidade de Santos nas redes virtuais - Portogente**



<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115894-o-debate-politico-da-relacao-porto-e-cidade-de-santos-nas-redes-virtuais>

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem boa relação com o presidente da República Lula da Silva (PT). Portanto, está mais do que na hora de se estruturar uma gestão política para o túnel, à altura do desafio. Visto ser uma obra no valor de R\$ 5,96 bilhões e cuja solução técnica é mundialmente consagrada. Entretanto, o próprio traçado das desembocaduras, com propensão para um impasse e ao insucesso, expõe insegurança.

**Veja mais: Decidir o futuro do Porto de Santos sem errar - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115234-decidir-o-futuro-do-porto-de-santos-sem-errar>

Segundo tem sido anunciado, a licença ambiental prévia foi aprovada. Porém, o traçado do túnel de 870 metros ainda não está definitivo. Consta que o grupo do túnel propôs mudanças em relação ao projeto do ex-governador Geraldo Alckmin. Para tanto, a fundação Vanzoline está estudando o novo traçado e o licenciamento está atrelado à localização e à concepção da obra. Ou seja, nem sequer há certeza quanto aos requisitos básicos e condicionantes na nova fase de implementação.

**Veja mais: Sem rumo, Porto de Santos requer mudanças - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115848-sem-rumo-porto-de-santos-requer-mudancas>

Do que se assistiu até agora, convém perguntar: quais são os incentivos que movimentam os que estão envolvidos com as decisões da obra desse túnel, em se tratando de modelo gerencial na administração pública? Nesse projeto, de repercussão nacional, estão em jogo duas reeleições executivas: presidente da República e governador do Estado mais pujante do Brasil. A julgar pelas opiniões de técnicos competentes do setor e conhecedores do projeto, sua realização continua imprevisível.

**Veja mais: Porto de Santos sob risco de explosão ameaça a cidade - Portogente**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/115876-porto-de-santos-sob-risco-de-explosao-ameaca-a-cidade>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 09/05/2024



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – ESFORÇOS COORDENADOS PELO RIO GRANDE DO SUL**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A ação liderada pelo Grupo Brasil Export, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, representa um importante passo na coordenação e divulgação das atividades do Governo e do setor privado em prol da população do Rio Grande do Sul, que enfrenta uma das maiores enchentes de sua história.

A iniciativa – lançada nessa quarta-feira, dia 8, pelo CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião – de montar uma ação conjunta de comunicação integrada é crucial para divulgar de forma eficaz todas as medidas que estão sendo tomadas para auxiliar os moradores afetados pela tragédia. A colaboração entre empresas, entidades associadas e autoridades governamentais é fundamental para garantir uma resposta eficiente e coordenada diante da situação emergencial enfrentada pelo estado.

E essa ação conjunta visa não apenas atender às necessidades imediatas da população, como também estabelecer uma agenda de médio e longo prazo para a reconstrução e recuperação do estado.





A mobilização de diversas empresas e entidades para auxiliar na reconstrução do Rio Grande do Sul é um exemplo de solidariedade e união em momentos de adversidade. É imprescindível que esses esforços sejam coordenados e comunicados de forma eficiente, a fim de otimizar os recursos disponíveis e ampliar o alcance das ações de ajuda e assistência à população afetada.

Além disso, é fundamental que o apoio do setor privado e das autoridades governamentais seja contínuo e duradouro, acompanhando todas as etapas do processo de recuperação do estado. A reconstrução de lares, empresas e infraestrutura demandará tempo, recursos e esforços conjuntos, e é essencial que todas as partes envolvidas permaneçam engajadas e comprometidas com essa causa.

Nesse sentido, a iniciativa do Grupo Brasil Export em coordenar e divulgar as ações de ajuda e recuperação do Rio Grande do Sul é um importante exemplo de solidariedade e colaboração, que deve servir de inspiração para outras empresas e entidades. Juntos, é possível superar os desafios e reconstruir o estado, garantindo um futuro melhor para todos os seus moradores.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 09/05/2024**

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

#### **DOAÇÕES 1**

O setor de transportes está integrado aos esforços para auxiliar a população do Rio Grande do Sul, que enfrenta uma das piores crises climáticas de sua história, com fortes alagamentos em várias cidades, inclusive na capital, Porto Alegre, rodovias bloqueadas e o Aeroporto Salgado Filho fechado por tempo indeterminado. Na aviação, quatro companhias aéreas – a Azul, a Latam, a Gol e a VoePass – se colocaram à disposição para ajudar no transporte de doações, equipamentos e profissionais de resgate e emergência.

#### **DOAÇÕES 2**

Nesta quinta-feira, dia 9, tem início o transporte de cargas de duas companhias aéreas para a Base Aérea de Canoas, que fica a 30 quilômetros de Porto Alegre. A Azul terá dois voos com um ATR 72 Cargo, a Latam, um voo com um A321, e a Gol, uma viagem com um B737 Cargo.

#### **DOAÇÕES 3**

O auxílio também vem por mar. As empresas de navegação Mercosul Line, Aliança e Log in também vão ajudar no transporte de doações. Um navio da Aliança deixará hoje o Porto de Santos (SP) com material para a população gaúcha. O cargueiro fará uma escala amanhã em Itapoá (SC), chegando no domingo, dia 12, em Rio Grande (RS), que continua em operação.

#### **DOAÇÕES 4**

Autoridades portuárias também integram os esforços em prol do Rio Grande do Sul. Foram instalados pontos de arrecadação nas sedes administrativas dos seguintes portos: Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), São Francisco do Sul (SC), Imbituba (SC), Itajaí (SC), Itaqui (MA), Natal (RN), Fortaleza (CE) e Suape (PE).

#### **ÁGUA JÁ**

Em mais um esforço para ajudar a população do Rio Grande do Sul, a Ambev interrompeu a produção de cerveja em sua fábrica de Viamão (RS), para envasar água potável, a ser doada aos moradores do estado atingidos pelas enchentes. São 850 mil latas de água, de 473 mililitros, por dia, que serão entregues.

#### **TROCA NA AVIAÇÃO**

A substituição no comando da Secretaria Nacional de Aviação Civil deve ser oficializada no início da próxima semana. O atual titular do órgão, Juliano Noman (ex-presidente da Agência Nacional de

Aviação Civil, a Anac), deixará o Governo. Em seu lugar, será nomeado Tomé Barros Monteiro da Franca, que hoje é chefe de gabinete do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2024

## NACIONAL - FAB LIBERA OPERAÇÃO NA BASE AÉREA DE CANOAS

Ideia é que unidade militar receba aeronaves com donativos para os municípios gaúchos

Por CÁSSIO LYRA [cassio.lyra@redebeneews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebeneews.com.br)



**A operação de rotas comerciais na Base Aérea de Canoas teve início com a Azul Linhas Aéreas e será ampliada a partir desta quinta-feira, com voos de quatro companhias aéreas. Foto: Divulgação**

A Força Aérea Brasileira anunciou na quarta-feira (8) que a Base Aérea de Canoas (RS) passará a receber a operação de voos comerciais. Inicialmente, a medida é para receber voos comerciais e de aeronaves militares que transportam doações para o estado, castigado desde a semana passada por um forte temporal

que atingiu mais de 70% dos municípios gaúchos.

A operação para decolagens de voos comerciais iniciou-se nesta quarta-feira (8). Segundo a FAB, houve uma ação conjunta com a Azul Linhas Aéreas que levou um voo humanitário carregado com donativos do Aeroporto de Viracopos até Canoas.

A autorização de operação na unidade militar visa amenizar o caos da malha aérea que se deu com o fechamento do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre.

O terminal, que teve diversas áreas, entre pistas de pousos e decolagens e o saguão de passageiros, completamente alagadas, segue com atividades suspensas.

Nesta quinta-feira (9), a operação será ampliada e passará a prever voos de quatro companhias aéreas. Os aviões, também carregados com doações, devem pousar em Canoas às 7h, 9h, 11h, 13h e 15h.

Os voos comerciais com passageiros também estão previstos, entretanto a FAB não informou a data de início para esta operação.

“As ações são fruto de uma coordenação planejada entre o Ministério de Portos e Aeroportos, a FAB, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e as companhias aéreas”, disse a Força Aérea, em nota.

O número de mortes causadas pelo maior temporal já registrado no Rio Grande do Sul chegou a 100, com pelo menos 128 pessoas desaparecidas. A terça-feira foi marcada pela paralisação do resgate por parte do Exército devido ao mau tempo. A região de Porto Alegre conviveu com chuva e ventos muito fortes, que poderiam prejudicar as operações de resgate.

### Medidas de fiscalização

Na quarta-feira, a Agência Nacional de Transportes Terrestres anunciou uma série de medidas de flexibilização regulatória e de fiscalização visando facilitar o transporte de donativos e o deslocamento de passageiros no Rio Grande do Sul.

A medida ocorre após a circulação de notícias através das redes sociais sobre retenção, autuações e multas para veículos de cargas que tentam chegar aos municípios afetados da região transportando doações.

“A ANTT está, desde o início, empenhada no apoio e nos esforços de ajuda humanitária e operacional no RS. Já temos uma equipe in loco e uma nova equipe está indo ao RS para reforçar a nossa atuação. A premissa do nosso trabalho é facilitar o transporte dessas doações e trabalhar para o restabelecimento dos fluxos logísticos na região”, disse o diretor-geral Rafael Vitale.

### As principais medidas são:

- Atendimento prioritário e dispensa de fiscalização: os veículos de transporte rodoviário de carga que transportem donativos destinados ao atendimento da população atingida pela calamidade pública no Rio Grande do Sul serão prioritariamente atendidos e dispensados dos procedimentos de fiscalização nos Postos de Pesagem Veicular (PPVs) em todas as Rodovias Federais Concedidas.
- Flexibilização do transporte rodoviário de passageiros: os pontos de embarque e desembarque, a frequência mínima e o cumprimento do quadro de horários para as linhas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros com destino ou origem no estado do Rio Grande do Sul serão flexibilizados, garantindo a continuidade da prestação de serviço de transporte à população.
- Isenção de tarifa de pedágio: veículos oficiais em procedimento operacional de atendimento à população afetada pela calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul serão dispensados do pagamento da tarifa de pedágio nas rodovias federais concedidas.
- Facilitação do fluxo de veículos de transporte rodoviário de carga: as concessionárias de Rodovias Federais serão recomendadas a envidar todos os esforços possíveis para facilitar o fluxo de veículos de transporte rodoviário de carga transportando donativos destinados ao atendimento da população atingida no estado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/05/2024

## NACIONAL - BRASIL EXPORT E MINISTÉRIO DE PORTOS LANÇAM AÇÃO PARA AJUDAR RS

Iniciativa de comunicação integrada visa divulgar o que vem sendo feito por órgãos públicos e pelo setor privado para colaborar

Por **MARÍLIA SENA** [marilia.sena@redebeneews.com.br](mailto:marilia.sena@redebeneews.com.br) / **YOUSEFE SIPP** [yousefe.sipp@redebeneews.com.br](mailto:yousefe.sipp@redebeneews.com.br)



**Além de dar detalhes sobre como vai funcionar a ação, Fabrício Julião pediu a colaboração de todos os associados e dos mais de 600 conselheiros dos fóruns do Brasil Export**

Representantes do Grupo Brasil Export se reuniram na quarta-feira, dia 8, em Brasília (DF), e montaram uma ação conjunta com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para ajudar os moradores do Rio Grande do Sul, que vem sendo castigado pela maior enchente de sua história.

A iniciativa foi anunciada pelo CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, logo após participar de duas reuniões na capital federal, uma delas com a equipe do MPor. A outra teve a participação do presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, o deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), e de membros do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI).

“Vamos montar a partir de agora uma ação conjunta de comunicação integrada para poder divulgar tudo o que vem sendo feito, trazer as iniciativas das empresas parceiras do próprio Grupo Brasil Export, assim como das empresas parceiras das entidades associadas para que tenhamos uma ação coordenada. Então, o Ministério diariamente estará interagindo conosco, trazendo as últimas atualizações, as últimas necessidades e a partir de agora essa passa a ser mais uma agenda muito



importante a ser desenvolvida, a ser trabalhada por todos nós”, disse Fabrício Julião em comunicado divulgado pelo Brasil Export em suas redes sociais.

O CEO do Grupo Brasil Export afirmou também que essa iniciativa não tem um momento certo para terminar. “Eu, particularmente, acredito que vai ser uma ação de médio a longo prazo. Porque neste momento nós temos uma necessidade, uma questão humanitária, uma questão de vidas”, declarou.

Julião também chamou atenção para o fato de que as ações de solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul começam com causas mais urgentes, como a doação de mantimentos, mas terão de evoluir para uma segunda fase.

“Depois nós temos outros desafios. Nós temos o desafio da reconstrução. Da reconstrução de um lar, de uma vida profissional, de sonhos. E nesse papel o Brasil Export irá, a partir de agora, estar debruçado e irá fazer um trabalho muito importante. Não só integrado com o setor de logística, mas (desempenhando) um papel estratégico para o crescimento da Região Sul, a retomada do Rio Grande do Sul e o crescimento do Brasil”, disse Julião, que também a colaboração de todos os associados e dos mais de 600 conselheiros dos fóruns do Brasil Export.

### **Conselho Nacional**

Esse pedido foi reforçado durante a reunião do Conselho Nacional do Brasil Export, realizada também na quarta-feira, em Brasília. Nesse encontro foram discutidos, entre outros assuntos, os impactos dos temporais recentes no Rio Grande do Sul. O evento contou com a participação das principais autoridades do setor logístico e de infraestrutura, bem como dos embaixadores do Uruguai, Guillermo Valles Galmes; do Paraguai, Juan Ángel Delgadillo; e representantes das embaixadas da Argentina, do Panamá e da Noruega.

Os chefes ministeriais do Uruguai e do Paraguai disseram ao BE News que já estão em contato com o governo brasileiro para estudar medidas que possam mitigar os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul. De acordo com o embaixador do Paraguai, Juan Ángel Delgadillo, cerca de 200 paraguaios estão no meio da calamidade no estado.

“Nesta primeira etapa, a prioridade é o suporte à população civil do Paraguai que reside no Rio Grande do Sul e aos brasileiros que lá vivem. Tudo está focado no apoio às pessoas que estão lá. No entanto, também é necessário trabalhar na questão da infraestrutura, já que o Rio Grande do Sul possui portos de grande importância para o comércio nacional”, disse Ángel.

Já o embaixador do Uruguai, Guillermo Valles Galmes, afirmou que a construção da hidrovía Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos pode demorar um pouco mais. Porém, com a crise, outras maneiras de construí-la irão surgir. “Estamos vendo que esse golpe, que é tremendo para a matriz produtiva do Rio Grande do Sul, também atinge nossos interesses. A cultura gaúcha é a mesma do Uruguai”, afirmou Galmes.

A presidente do Conselho da Portos RS, Jacqueline Wendpap, afirmou que ainda não é possível mensurar o tamanho dos estragos nos canais de acesso do Rio Grande do Sul. Mas, segundo ela, a Autoridade Portuária que administra os portos públicos do estado já está tomando medidas para amenizar a crise.

“A preocupação é com as vidas humanas e com a subsistência daqueles que foram afetados. então, na medida do possível, a portos rs está auxiliando na composição desse processo de atendimento às pessoas e também na chegada de víveres, priorizando as necessidades. por conta disso, hoje de manhã a Portos RS editou uma isenção de tarifas portuárias para receber as embarcações com ajuda humanitária”, detalhou Jacqueline.

Também foi discutido o apoio do setor para auxiliar na recuperação e reconstrução da região. Com mais de 160 pontos de interdição em rodovias e problemas em ferrovias, além do fechamento do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.



***Durante a reunião do Conselho Nacional do Brasil Export, o embaixador do Uruguai, Guillermo Valles, classificou a tragédia como um golpe para a matriz produtiva do estado***

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Prescatori, destacou que a pasta tem se reunido em três salas de situação para lidar com diferentes

aspectos da crise. Uma para tratar da situação aeroportuária, buscando garantir uma malha aérea essencial para atender a região afetada, enquanto a outra se concentra nas doações feitas pelo setor portuário e aquaviário, totalizando 1.3 milhão de donativos encaminhados para as bases. Além disso, há uma sala de situação dedicada às questões hidroviárias e operacionais das eclusas, coordenada pelo diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias, Dino Antunes, e pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery.

O Ministério está coordenando a distribuição das doações em colaboração com a Casa Civil e a Força Aérea Brasileira (FAB), garantindo que o auxílio seja direcionado para as áreas designadas.

“Eu gostaria muito de agradecer o setor, que desde o primeiro momento se mostrou muito determinado em apoiar e ajudar toda a população do Rio Grande do Sul. Agradecer o apoio que vocês têm nos dado nesse momento”, declarou Mariana.

### **Fóruns**

Durante a reunião, as autoridades também debateram sobre a programação do Centro-Oeste Export 2024, que acontecerá nos próximos dias 16 e 17, em Goiânia (GO). O fórum regional é de grande importância, considerando a relevância agropecuária da região, que abriga três dos sete estados com maior valor bruto de produção. A escassez de armazéns para estocagem de commodities e a necessidade de investimentos em ferrovias serão temas centrais nas deliberações.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 09/05/2024**

## **NACIONAL - MPOR ORIENTA ESQUEMA DE DOAÇÕES DE EMPRESAS PARA O RIO GRANDE DO SUL**

Indicação da pasta é que produtos sejam levados para qualquer Base Aérea do país

**DA REDAÇÃO** [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) orientou nesta quarta-feira (8) que as doações feitas por empresas para o Rio Grande do Sul sejam encaminhadas para qualquer Base Aérea localizada em território nacional. As unidades militares estão recolhendo os materiais e esquematizando o transporte até o sul do país.

As doações estão sendo captadas por todo o país por conta da tragédia que o Estado vive desde a semana passada.

A determinação para o envio é da Força Aérea Brasileira (FAB), que coordena a distribuição desses materiais em território gaúcho. Os voos da ajuda humanitária estão pousando na Base Aérea de Canoas, que tem recebido diversas aeronaves de todo o Brasil com mantimentos para o estado.

Em nota, a diretoria do Grupo Brasil Export se solidariza com as vítimas do desastre que atinge os gaúchos e assume o compromisso de colaborar para a preservação de vidas e para a recuperação econômica deste estado de importância singular para o País.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 09/05/2024**

## NACIONAL - PESAGEM LIVRE AUMENTOU N° DE VEÍCULOS FISCALIZADOS E DIMINUIU EVASÃO

Tecnologia está sendo aplicada em duas rodovias, nos Estados de Minas Gerais e Goiás, desde janeiro deste ano

Por JÚNIOR BATISTA [junior.basta@redebnews.com.br](mailto:junior.basta@redebnews.com.br)



*As informações sobre os testes com a nova tecnologia foram apresentadas durante o workshop Sandbox Regulatório de Pesagem em Velocidade da Via, promovido pela ANTT (Foto: Divulgação/Ecorodovias)*

O uso de uma tecnologia de pesagem com fluxo livre fez o número de veículos comerciais fiscalizados aumentar quase 20 vezes no km 640 sentido oeste da BR 365,

em Uberlândia (MG), de janeiro a junho desse ano, de acordo com dados preliminares da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Os dados foram apresentados durante o workshop Sandbox Regulatório de Pesagem em Velocidade da Via, promovido pela ANTT nesta quarta-feira (8). O evento é transmitido pela TV BE News. Participaram do painel o diretor da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, a gerente de regulação do Transporte Rodoviário e Multimodal da ANTT, Claude Araújo, o gerente de operações da Ecovias Cerrado, Bruno Araújo, o analista de estratégia e inteligência da Ecovias Cerrado, Roberto Bezerra, e o gerente de engenharia do grupo Ecorodovias, Guilherme Sampaio.

O Sandbox Regulatório, via sistema chamado High Speed Weigh-in-Motion – HS-WIM, é um tipo de fiscalização e controle de peso de veículos em movimento, ou seja, sem a necessidade que eles parem em balanças ou diminuam a velocidade, o que otimiza o transporte e a mobilidade.

De acordo com os dados obtidos entre janeiro e abril deste ano, o número de veículos comerciais fiscalizados no KM 640 da BR 365, sentido oeste, em Uberlândia (MG), foi de 54 mil contra apenas 3 mil do sistema tradicional no mesmo período deste ano.

No total, foram fiscalizados 920 mil veículos, entre pesados e comerciais. A velocidade média na pesagem foi de 66 km/h, sendo a velocidade média na via de 81 km/h e o tempo médio para pesagem de 1,2 segundos. A média de pesagem diária foi de 2,2 mil veículos. “Demonstra, assim, a fluidez de tráfego e a segurança viária”, comentou Bruno Araújo.

Dentre os veículos comerciais, 21% estava com sobrepeso. O total de toneladas sobrecarregadas foi de 281 mil no período, segundo os dados apresentados no painel. “Houve casos em que o motorista deveria estar com 70 toneladas e ele estava com 110, ou seja, este sobrepeso foi percebido e ignorado”, explicou Roberto Bezerra.

O analista de inteligência explicou que um dos desafios da pesagem de fluxo livre é ajudar a combater a evasão. O maior problema é na evasão pelo acostamento e, segundo ele, o problema naquele trecho foi solucionado com bloqueios. O número de veículos que faziam evasão caiu de 9% para 0.

Em relação ao posto tradicional de pesagem, há 36% menos evasões no sistema de fluxo livre do HS-WIM.

Além destes dados, Roberto Bezerra pontuou que a repesagem significou menos emissão de gás CO2, poluente, no período analisado com o uso do HS-WIM. Foram emitidos 20,4% menos kg de CO2 por veículo.

Os próximos passos para que o sistema comece a ser replicado passam por regulamentação. Segundo Claude Araújo, há um caminho dentro da ANTT, além de órgãos de fiscalização, como o INMETRO, que acompanhou essa fase de testes e aprovou o projeto implantado nas duas estradas. A intenção da ANTT é continuar os testes e avançar com o sistema, que, segundo o órgão, é mais eficiente e seguro a todos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/05/2024

## REGIÃO SUL - CEO DA MADA ARAUJO CONFIRMA PROPOSTA DA JBS NO PORTO DE ITAJAÍ

Conforme apurado pelo BE News, a negociação da concessão do cais catarinense será definida até sexta-feira (10)

Por **JÚNIOR BATISTA** [junior.basta@redenenews.com.br](mailto:junior.basta@redenenews.com.br)



**As operações em Itajaí foram interrompidas há um ano, quando terminou o contrato de concessão da área de contêineres do porto com a APM Terminals, do Grupo Maersk (Foto: Reprodução)**

O CEO da Mada Araujo Assetment Management Ltda. confirmou que recebeu propostas de interessados em assumir o controle do Porto de Itajaí (SC), entre eles a multinacional brasileira JBS. A informação foi publicada pela colunista Dagmara Spautz no

NSC Total.

“O porto de Itajaí é muito cobiçado e tem vários grupos interessados, mas nada ainda confirmado. Seguimos trabalhando, o PDI (plano de ação) foi aprovado e o procedimento de alfandegamento está sendo concluído”, disse o CEO Marco Antônio de Araujo ao veículo catarinense.

Conforme o BE News apurou com fontes e autoridades envolvidas diretamente na negociação, o Grupo JBS, maior produtor global de alimentos, negocia a concessão de um dos principais portos do Brasil. A estratégia envolve a compra de cotas da gestora de ativos de projetos financeiros e de infraestrutura que venceu a licitação para o arrendamento transitório – por 24 meses, prazo que pode ser prorrogado – do complexo marítimo no ano passado.

O objetivo da multinacional, conforme apurou a reportagem, é assumir a operação da área de contêineres do porto catarinense, garantindo o escoamento de sua produção de carnes para o exterior. A negociação, intensificada nos últimos dois meses, deve ser definida até a próxima sexta-feira, dia 10, quando se espera que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor) se manifeste positivamente em relação à negociação.

Há algumas semanas, a Antaq foi questionada pela Mada Araújo a respeito da transferência de suas próprias cotas. A empresa assumiu o porto no início do ano, mas ainda não retomou suas atividades.

Segundo fontes ouvidas pelo BE News, o Grupo JBS está realizando essa negociação através de sua subsidiária Seara, que controla o terminal portuário Braskarne, localizado na zona primária o Porto de Itajaí. Nessa transação, a multinacional conta com a parceria da armadora francesa CMA CGM, que vem buscando ampliar sua presença na gestão de terminais portuários brasileiros – atualmente, ela opera o Terminal de Contêineres do Porto de Fortaleza (CE).

Especialistas que acompanham a negociação informaram que as tratativas ocorrem de forma sigilosa. Mas elas já estão sendo acompanhadas pela equipe do Ministério de Portos e Aeroportos.

Para o Governo, é uma forma de garantir a retomada das operações em Itajaí, interrompidas há mais de um ano e meio, quando terminou o contrato de concessão da área de contêineres do porto com a APM Terminals, do Grupo Maersk.

Na quarta-feira (8), no Congresso Nacional, a informação era de que, se a JBS assumir a operação de Itajaí, o complexo volte a receber navios entre os próximos meses de julho e agosto.

Até o momento, a administração do Porto do Itajaí não comenta a negociação. A Antaq informou, em nota, que “não recebeu a referida comunicação”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/05/2024

## REGIÃO NORDESTE - ZPE DO CEARÁ TEM ALTA DE 3% EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO 1º TRIMESTRE

Área de livre comércio operou mais de 2,3 milhões de toneladas de carga, 70 mil a mais do que o registrado de janeiro a março de 2023

Por **ALEXANDRE FERNANDES** [alexandre.fernandes@redenenews.com.br](mailto:alexandre.fernandes@redenenews.com.br)



**No acumulado histórico, são 85.530.982 toneladas que já passaram pelos gates da free trade zone do Pecém, a primeira ZPE a entrar em atividade no Brasil, em 2013. Foto: Divulgação/Complexo do Pecém**

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, que faz parte do Complexo do Pecém, registrou um aumento de 3% na sua movimentação de cargas no primeiro trimestre deste ano. Com o avanço, a ZPE superou a marca de 85 milhões de toneladas

movimentadas ao longo de 10 anos em funcionamento.

No primeiro trimestre de 2024, a ZPE Ceará foi responsável por movimentar 2.377.621 toneladas de cargas, cerca de 70 mil toneladas a mais do que no mesmo período do ano passado. No acumulado histórico, até março deste ano, são 85.530.982 toneladas que já passaram pelos gates da free trade zone do Pecém, a primeira ZPE a entrar em atividade no Brasil, em 2013.

“Alcançar essa marca histórica diz muito sobre o trabalho de excelência que é desempenhado por todos que fazem parte da ZPE Ceará. Temos um time comprometido com a segurança e celeridade de nossas operações, além de um sistema próprio (Sica) bastante eficiente no controle das cargas. Tudo isso, aliado ao fato de estarmos completamente integrados ao Porto do Pecém, faz da ZPE peça fundamental para o desenvolvimento econômico e para as relações comerciais do nosso Estado”, afirma o presidente da ZPE Ceará, Hélio Leitão.

Somente no primeiro trimestre deste ano, a ZPE Ceará já movimentou 1.054.31 toneladas de minério de ferro, um crescimento de 19,7% na comparação com o mesmo período de 2023. O minério é o principal insumo para a produção da ArcelorMittal Pecém, siderúrgica instalada no Setor 1 da ZPE.

A segunda carga de maior movimentação nos três primeiros meses de 2024 foram as placas de aço produzidas pela siderúrgica, que corresponderam a 674.982 toneladas no período, montante 13,2% superior ao registrado no primeiro trimestre de 2023. Outro destaque foi o carvão, com 622.387 toneladas movimentadas, mais que o dobro das 298.228 toneladas registradas entre janeiro e março do ano anterior, o que representa uma alta de 108,6%.





A ZPE é uma área de livre comércio, onde as mercadorias podem ser importadas, armazenadas, manuseadas, fabricadas ou reconfiguradas e exportadas sob regulamentação aduaneira específica e geralmente não sujeitas a direitos aduaneiros.

No Ceará, o espaço funciona há 10 anos, com 6.182 hectares de área total e faz parte do Complexo do Pecém, também formado pelo Porto do Pecém e área industrial.

No Setor 2 da ZPE Ceará, uma área de mais de 1.900 hectares, serão instalados os projetos do Hub de Hidrogênio Verde do Ceará – combustível que não polui e que já possui interessados em realizar investimentos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 09/05/2024**

## REGIÃO SUDESTE - GUSTAVO SERRÃO É ANUNCIADO NOVO DIRETOR-PRESIDENTE DA VPORTS

Segundo a Autoridade Portuária, execuvo assumirá o cargo oficialmente a partir do próximo dia 13. Por CÁSSIO LYRA [cassio.lyra@redebnews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebnews.com.br)

O novo presidente, Gustavo Serrão, iniciou sua carreira na Força Aérea Brasileira, trabalhou na Vale e dedicou os últimos 12 anos à construção e consolidação da VLI Logística.

A VPorts, concessionária que administra os portos de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho, informou na quarta-feira (8) que Gustavo Serrão vai assumir a posição de diretor-presidente da Autoridade Portuária a partir do próximo dia 13. Ele substitui Ilson Hulle, que deixou a presidência da Autoridade Portuária no mês de março.

Serrão é um executivo sênior que acumula mais de 25 anos de experiência em funções de liderança dentro dos setores de infraestrutura e logística.

Graduado em engenharia mecânica aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com MBA pela Fundação Dom Cabral, e tendo realizado cursos de extensão no MIT e na Universidade de Columbia, ambos nos Estados Unidos, Serrão iniciou sua carreira na Força Aérea Brasileira, trabalhou na Vale e dedicou os últimos 12 anos à construção e consolidação da VLI Logística.

Na VLI, Serrão assumiu os cargos de diretor-executivo de Portos e Terminais, diretor-executivo de Ferrovias, diretor presidente da Ferrovia Centro Atlântica e da Ferrovia Norte Sul. Como conselheiro, atuou nas empresas Ultrafertil, Ferrovia Centro Atlântica e Ferrovia Norte Sul.

Paulo Cesena, sócio da Quadra Capital, havia assumido interinamente a posição de diretor-presidente em abril. De acordo com a Autoridade Portuária, ele permanecerá como membro do Conselho de Administração da VPorts.

Em nota, a VPorts reafirmou o compromisso com a continuidade dos projetos da concessão e a consolidação da companhia como um modelo de negócio referência no país, prezando pelo desenvolvimento econômico sustentável ao lado das comunidades do seu entorno e dos seus colaboradores, clientes e fornecedores.

O ex-CEO da VPorts, Ilson Hulle, deixou o cargo no final do mês de março. Ele aceitou um convite para assumir uma posição executiva no Porto de Abu Dhabi, da AD Ports Group, nos Emirados Árabes Unidos, um dos mais relevantes complexos portuários do Oriente Médio.

Hulle estava na Autoridade Portuária desde o início da concessão, em setembro de 2022. Ele liderou o processo de transição da empresa de uma administração pública para privada, um projeto inédito no Brasil de privatização da primeira autoridade portuária.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 09/05/2024**

## SEM CATEGORIA - PROGRAMAÇÃO DO 24º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ ESTÁ DEFINIDA

Evento está marcado para os dias 21, 22 e 23 de maio, no Blue Med Convention Center, em Santos  
**CONTEÚDO PUBLIEDITORIAL Enviar e-mail para o Autor**



**Organizado pela ACS, com apoio de várias entidades do segmento e atuação direta do Comitê do Café, o seminário vai reunir especialistas, produtores, pesquisadores, exportadores, compradores, representantes da indústria e autoridades**

A Associação Comercial de Santos (ACS) definiu os últimos detalhes da programação da 24ª edição do Seminário Internacional do Café, que será realizado nos dias 21, 22 e 23 de maio, no Blue Med Convention Center, em Santos (SP). O fórum terá nomes renomados no cenário internacional integrando os painéis previstos.

Entre os assuntos a serem abordados, o mercado atual será debatido no painel dos CEOs pelos executivos Teddy Esteve, do Grupo Ecom, Ben Clarkson, da Louis Dreyfus Company, e Trishul Mandana, da Volcafé, que irão avaliar se o excedente da safra deste ano será suficiente para atender à demanda mundial. A mediação será de Carlos Augusto, presidente da Cooxupé, a maior cooperativa do setor.

Além de debater o presente, o Seminário vai falar do futuro da cafeína, que segue ganhando formatos diferentes de consumo. Sobre isto, vão falar Giuseppe Lavazza, chairman da Lavazza, empresa italiana considerada uma das maiores da Europa, Cyrille Jannet, da americana Keurig Trading e Francisco Gómez, CEO da divisão de café da Colcafé, que é ligada à maior empresa de alimentos da América Latina.

Estes especialistas, que atuam em mercados distintos no âmbito global, terão a responsabilidade de analisar o desenvolvimento de modos alternativos de uso do café para os mais variados locais e culturas. Evidentemente, também mencionarão formatos atuais, como o café convencional, em cápsula, solúvel e afins. A mediação desse importante painel será de Carlos Santana Júnior, diretor-comercial da Empresa Interagrícola S/A (EISA) e vice-presidente da Associação Comercial de Santos.

Ademais das questões ligadas ao mercado, o cuidado com o meio ambiente terá grande destaque na programação. Um dos pontos altos será a participação da diretora-executiva da Organização Internacional do Café (OIC), Vanusia Nogueira, a primeira mulher a ocupar o cargo na entidade. A convidada vai discorrer a respeito de sustentabilidade no café e economia circular, bem como mecanismos de financiamento de produtores.

Já no painel Regulatório/ESG, mediado por Marcos Matos, CEO do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), estarão presentes as principais associações do mundo, como a britânica e a suíça, focando o novo fluxo do comércio global em tempos de ESG, envolvendo padrões e boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e governança corporativa.

O debate passa por novas regulações, considerando o impacto das legislações no fluxo e na forma de se comercializar café. O principal ponto é o European Union Deforestation-Free Regulation (EUDR) ou Regulação de Livre Desmatamento da União Europeia em tradução simples. Está previsto que, a partir de 2025, todo produto que entrar em território europeu deverá ter comprovação de que é oriundo de área não desmatada. Por fim, os palestrantes irão ponderar o quanto o Brasil está preparado para este desafio.

O uso da tecnologia para ajudar em toda esta conjuntura também terá espaço na programação. No painel Inovação, os especialistas vão refletir a respeito da Inteligência Artificial (IA) na agricultura, julgando como os novos sistemas podem ajudar na produção agrícola e em pesquisas. Os integrantes deste painel serão Francisco Jardim, cofundador e sócio-diretor do fundo de investimento SP Ventures (SPV), que é voltado ao agronegócio; Leandro Carrion, da John Deere, a maior empresa do mundo em maquinário agrícola; Cleiton Vargas, da Yara, a maior empresa de fertilizantes do mundo; e Marcelo Batista, da BASF, empresa de defensivos agrícolas. Mariana Caetano, CEO e sócio fundadora da Salva, mediará toda a conversa.

### **Demais temas**

Haverá, também, um painel voltado para o marketing. Nele, o publicitário santista que preside o McCann Worldgroup, Hugo Rodrigues, falará da força do café brasileiro e da importância de fortalecer e explorar mais a imagem do café brasileiro no mundo. O país é o maior exportador do planeta, respondendo por até 35% da oferta da bebida.

O público presente também vai ouvir Ricardo Amorim, considerado pela Revista Forbes o economista mais influente do Brasil. Um dos maiores influenciadores latino-americanos no LinkedIn e ganhador do Prêmio iBest de Melhor Conteúdo do Brasil em Economia e Negócios, ele vai abordar as questões econômicas que podem influenciar no mercado desse commodities tão importante do nosso mercado.



***Os painéis de debates previstos no seminário vão abordar temas como o mercado atual, o futuro da cafeína, o desenvolvimento de modos alternativos de uso do café, meio ambiente, impacto das legislações e uso da tecnologia***

O evento conta, ainda, com um painel com foco em infraestrutura e os impactos na movimentação de cargas pelo Porto de Santos, que embarca cerca de 80% do café exportado pelo Brasil. Na oportunidade Mauro Sammarco, presidente da Associação Comercial de Santos mediará a conversa entre Mariana Pescatori, Secretária Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos; Anderson Pomini, Presidente da Autoridade Portuária de Santos; Eduardo Nery, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Elber Justo, CEO da MSC e Ronald Pires de Moraes, diretor da Cooxupé.

### O seminário

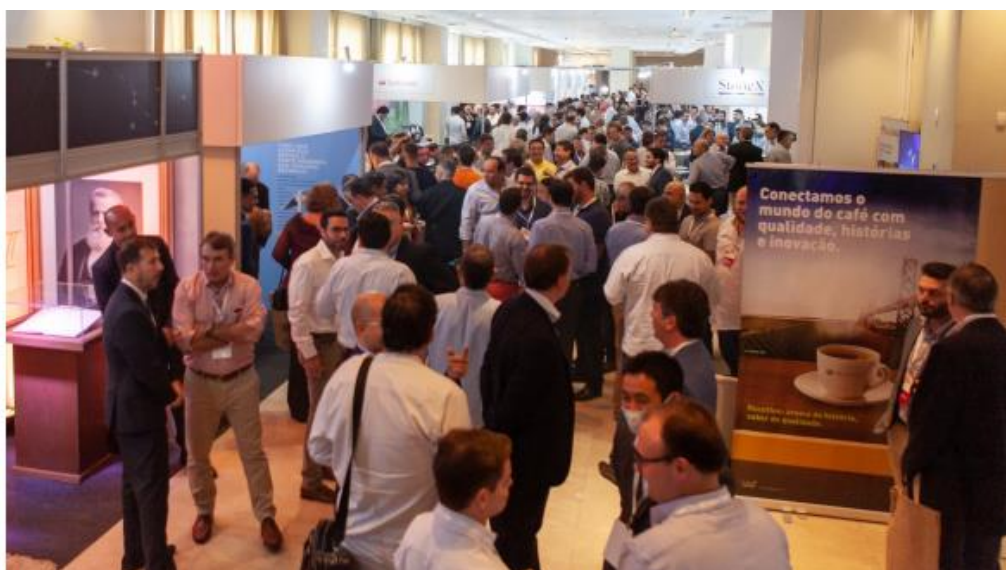
Segundo Felipe Drumond, integrante do Comitê de Conteúdo do evento, toda a programação de palestras foi elaborada com o intuito de mostrar os cenários atuais, com seus desafios, e apontar os melhores caminhos, a fim de que o setor aproveite todas as oportunidades que vão surgir. “Além de muito conteúdo, o evento proporciona momentos de networking. Nosso objetivo é que reuniões e visitas que compõem o cronograma possibilitem que novos negócios e parcerias sejam fechados ao longo do Seminário” conclui.

Os interessados em participar devem acessar o site [www.seminariocafesantos.com.br](http://www.seminariocafesantos.com.br), para efetuar a inscrição. No link, também é possível conferir mais informações sobre o evento.

O Seminário acontece desde 1972, tendo sido, até aqui, sempre realizado em Guarujá — a exceção é o fórum deste ano. O objetivo deste encontro bienal de negócios, reconhecido como o mais tradicional do setor cafeeiro, é promover a interação entre profissionais e executivos do setor, permitindo troca de experiências e acerto de parcerias comerciais.

Organizado pela ACS, com apoio de várias entidades do segmento e atuação direta do Comitê do Café, o seminário vai reunir especialistas, produtores, pesquisadores, exportadores, compradores, representantes da indústria e autoridades.

O 24º Seminário Internacional do Café tem o patrocínio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), MSC, Stonex, Serasa Experian, Nucoffee, Agridrones, Cooxupé, TPJ e Sucafina.



***O objetivo deste encontro bienal de negócios, reconhecido como o mais tradicional do setor cafeeiro, é promover a interação entre profissionais e executivos do setor, permitindo troca de experiências e acerto de parcerias comerciais***



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### RUMO REALIZA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO DE TRÂNSITO SEGURO EM RODOVIAS E FERROVIAS

Informações: Logweb (09 de maio de 2024)



Foto: Rumo Logística

A Rumo, maior concessionária de ferrovias do país, realiza neste mês o Movimento Maio Amarelo. A campanha que ocorre em todo país, elaborada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), está em sua 11ª edição. O tema trabalhado neste ano é a paz, com o slogan “Paz no trânsito começa por você”, que tem como objetivo orientar a população para um trânsito seguro nas ferrovias e rodovias.

Em 2023, a Rumo registrou uma redução de 27,2% na taxa de acidentes ferroviários. Esses dados só foram possíveis devido às mais de 30 ações educativas presenciais realizadas pelos grupos que formam a Comissão Interna de Prevenção de Acidente (CIPA) da companhia, com a distribuição de folhetos informativos e o reforço sobre as mensagens de segurança ferroviária em cidades onde a ferrovia passa no Paraná, em Santa Catarina e no estado de São Paulo. Também foi produzido um vídeo educativo para todos os estudantes das escolas onde a Rumo está presente.

A concessionária realizou também uma campanha de conscientização em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) no Paraná para incluir em 800 autoescolas os tópicos sobre direção segura em torno das ferrovias, sinalização e prevenção de acidentes ferroviários. O material teve mais de 30 mil acessos até o momento.

A Rumo elaborou também diversas ações com a Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), em cidades onde passa a Operação Norte da concessionária. As cidades de São Carlos (SP), Sumaré (SP), Hortolândia (SP) e Santos (SP) receberam informações sobre a importância da segurança no trânsito, principalmente sobre abalroamentos e atropelamentos.

“Todos os anos a Rumo realiza um trabalho de conscientização e prevenção para pedestres e motoristas. Isso é de extrema importância, já que através dessas ações a comunidade vai tomando consciência de que um trânsito seguro é a melhor solução”, explica Camila da Veiga Coutinho, coordenadora da área de Segurança Ferroviária.

#### Segurança nas ferrovias

Para alertar toda a comunidade sobre a importância de manter uma distância segura da operação ferroviária, em fevereiro, a Rumo publicou um vídeo em suas redes sociais que destaca a necessidade de atenção total dos motoristas ao volante enquanto dirige seu veículo e enfatiza a necessidade de respeitar os sinais de alerta nas passagens de nível.

As campanhas realizadas nas redes sociais e as ações educativas elaboradas pela Rumo em parceria com órgãos municipais e governamentais, são fundamentais para que possamos ter um transporte ferroviário mais seguro no Brasil. “Entendemos que essas divulgações são essenciais para garantir a segurança de toda a comunidade e evitar possíveis acidentes nas ferrovias”, finaliza Camila Coutinho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/05/2024

### SENADO APROVA VOLTA DO SEGURO OBRIGATÓRIO PARA VEÍCULOS

*Informações: Agência Senado (09 de maio de 2024)*

Nesta quarta-feira (8), o Plenário do Senado aprovou projeto de lei complementar (PLP 233/2023) que autoriza a recriação do antigo DPVAT, que agora passará a se chamar SPVAT (Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito). O SPVAT garante indenização às vítimas de acidente de trânsito por morte ou invalidez permanente parcial e total. O projeto também vai permitir ao governo federal antecipar um crédito suplementar de cerca de R\$ 15,7 bilhões no Orçamento. O valor arrecado irá para um fundo gerido pela Caixa Econômica Federal. O projeto segue para sanção presidencial.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 09/05/2024*

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA PLANOS SETORIAIS RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO

*Informações: IBL (09 de maio de 2024)*

O Ministério dos Transportes abriu nesta terça-feira (7) a Consulta Pública para os Planos Setoriais Rodoviário e Ferroviário. A iniciativa, que visa ampliar o debate e a participação da sociedade civil na construção das políticas públicas para o setor, tem como objetivo definir as principais ações para o desenvolvimento do sistema nacional de transportes ao longo da próxima década.

Os Planos Setoriais Rodoviário e Ferroviário integram o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), um dos instrumentos de implementação da Política Nacional de Transportes. A consulta pública, que ficará aberta por 45 dias, permitirá que a população brasileira contribua com sugestões e comentários para os planos.

#### Como participar:

As contribuições podem ser feitas através da plataforma "Participa + Brasil", que foi lançada durante o evento de abertura da Consulta Pública na manhã desta terça-feira (7). O acesso à plataforma estará disponível no site do Ministério dos Transportes.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 09/05/2024*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

#### PARADA NOS LEILÕES DE PETRÓLEO PARA 'ENXUGAR' ÁREAS É POSITIVA, DIZ JOELSON MENDES

Comece seu dia bem-informado com as principais notícias sobre petróleo, gás, energia e política  
*Por epbr 9 de maio de 2024 Em Comece seu Dia, Mercado offshore, Petróleo e gás*

A decisão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) de parar a oferta permanente de áreas exploratórias de óleo e gás para retirar os blocos com maior risco de problema é positiva para o mercado, avaliou o diretor de E&P da Petrobras, Joelson Mendes, em entrevista ao estúdio epbr nesta quarta-feira (8/5) na Offshore Technology Conference (OTC) 2024, em Houston (Texas).



**Joelson Mendes, diretor de E&P da Petrobras, em entrevista ao estúdio epbr durante a OTC 2024 (Foto: epbr)**

“Eu acho que, dado que estão ocorrendo algumas polêmicas em áreas licitadas, os empreendedores não podem ficar à mercê de participar de um leilão e depois não poder licenciar a área. Isso realmente deixaria os nossos contratos sob risco. Então, eu acho positivo a atitude da agência, de fazer um certo enxugamento, uma certa limpeza, para que os empreendedores possam, sim, participar do leilão com a segurança de que vão poder dar

continuidade aqui no projeto”, disse.

Segundo o diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, o a revisão dos blocos de exploração de petróleo disponíveis para leilões futuros deve ficar pronto apenas em 2025. Ou seja, não haverá leilão este ano.

- Para Mendes, o intervalo de alguns meses não terá impacto relevante para o mercado, pois a atividade é de longo prazo.

➔ ***[Assista à entrevista com Joelson Mendes.](#)***

<https://www.youtube.com/watch?v=x9J4P-9ISBc&list=PLj9X8L8l8I9bebOjo9nVlqFFHcakFrfLr&index=5>

Demanda por FPSOs. A Petrobras tem 14 FPSOs previstos para entrar em operação entre 2024 e 2028, dos quais 10 já foram contratados. A estatal pretende lançar até o final de 2024 o edital do novo FPSO para os campos de Marlim Sul e Marlim Leste, na Bacia de Campos, enquanto reformula o processo para a contratação da plataforma de Albacora, na mesma bacia.

Em entrevista ao estúdio epbr durante a OTC 2024, o diretor executivo de engenharia, tecnologia e inovação da estatal, Carlos Travassos, disse que a empresa encerrou sem sucesso a negociação das propostas apresentadas para o FPSO da revitalização de Albacora.

- Segundo o executivo, existe a possibilidade de que a estatal opte por contratar uma unidade própria, no lugar do afretamento.

➔ ***[Assista à entrevista com Carlos Travassos.](#)***

<https://epbr.com.br/petrobras-prepara-contratacao-de-plataforma-para-marlim-sul-e-leste-enquanto-reavalia-unidade-de-albacora/>

Financiamento de fornecedores. A Petrobras está buscando soluções internas e junto ao BNDES para melhorar as condições de financiamento de fornecedores. Uma das preocupações é com as exigências de garantias financeiras, disse Travassos.

- “Na área de subsea, por exemplo, temos conseguido fazer isso internamente. Quando eu adquiro um equipamento, uma vez fabricado, ele se torna minha propriedade, dispensando a necessidade de garantia. E isso alivia o fornecedor,” exemplificou.

Recentemente, a estatal obteve prioridade de financiamento de R\$ 8,5 bilhões junto ao Fundo de Marinha Mercante (FMM) para os FPSOs de Sergipe Águas Profundas, cuja licitação vem sendo adiada há anos.

Petrobras avalia ampliar participação na Braskem. O presidente da estatal, Jean Paul Prates, afirmou que a intenção é aumentar sua fatia para pelo menos 50% do capital. A atual controladora da petroquímica, a Novonor (ex-Odebrecht) está negociando a saída do ativo.



- Em entrevista ao estúdio epbr durante a Offshore Technology Conference (OTC) 2024, em Houston (Texas), nesta terça-feira (7/5), Prates afirmou que a ideia é que o novo sócio entre em “igualdade de condições” com a Petrobras.

[\*\*Assista na íntegra.\*\*](#)

<https://epbr.com.br/petrobras-quer-fatia-de-pelo-menos-50-na-braskem-diz-prates/>

Prates estima também que será possível estabelecer uma holding para a companhia atuar no setor de fertilizantes até meados de 2025 “para ter a maleabilidade de ter parceiros diferentes em plantas diferentes”.

Petróleo em alta. O preço da commodity subiu nesta quarta-feira (8/5) após anúncio de queda nos estoques de petróleo dos EUA.

– Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para junho fechou em alta de 0,78%, a US\$ 78,99 por barril. Na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent para julho subiu 0,51%, a US\$ 83,58 por barril.

Refinaria de Canoas tem dificuldade de escoar GLP. A Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas (RS), parou uma de suas unidades devido ao acúmulo de gás liquefeito de petróleo (GLP), que não está sendo retirados pelas engarrafadoras por conta da enchente que afeta o estado. Leia na epbr.

Petrobras faz parceria com Karpowership. As empresas assinaram um memorando de intenções para atuarem em conjunto nos setores de gás natural e energia, informou nesta quarta-feira (8/5) a empresa turca. As companhias estudam parcerias nas atividades de liquefação (flutuante e terrestre) e regaseificação, além de armazenamento de gás natural e gás natural liquefeito (GNL). Leia na epbr.

### ***Estúdio epbr será instalado no Porto Maravalley***

A agência epbr e a Rio Energy Bay, um novo polo global de transição energética no Brasil, fecharam parceria para a instalação do estúdio epbr na área do Porto Maravalley, que será inaugurado neste mês na zona portuária do Rio de Janeiro.

A epbr levará para o local a realização dos seus eventos proprietários Offshore Week e Diálogos da Transição. Também fará no Maravalley a produção de conteúdos para a área de energia, com um estúdio de transmissão montado para levar informação e conhecimento sobre energia, petróleo, gás natural e transição energética para toda a comunidade.

***Confira os detalhes.***

<https://epbr.com.br/estudio-epbr-sera-instalado-no-porto-maravalley/>

Diálogos da Transição. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) publicou no Diário Oficial da União doze diretrizes que a Aneel precisará observar para valorar os atributos da geração distribuída para a matriz brasileira. As orientações eram aguardadas desde o 2022, quando o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei 14.300, também conhecida como marco da geração distribuída. Entenda.

Repsol Sinopec quer usar biomassa na produção de petróleo. A petroleira estuda a adoção de resíduos da indústria agrícola e rejeitos da produção de argamassa para produzir o cimento utilizado nos poços terrestres para injeção de vapor na indústria de petróleo e gás e também nos poços geotérmicos. Chamado “Pozobio”, o projeto de tecnologia e inovação é desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Veja os detalhes.



Opinião: PL dos Biocombustíveis dá passo rumo à transição energética, mas sai atrasado ao ignorar uso do CO2 biogênico Omissão do texto pode levar país a desperdiçar potencial do mercado emergente de eletrocombustíveis, escrevem Andreas Mirow, Fernando Fabbris e Lucas Santiago.

ANP fecha acordo com Bonsucro. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assinou um acordo de cooperação técnica com a Bonsucro, com duração prevista de três anos, para criação de um método conjunto para os produtores de etanol de cana no Brasil que desejarem obter certificação tanto da Bonsucro quanto do RenovaBio. Veja os detalhes.

Distribuidoras enviam eletricitas e equipamentos para o Rio Grande do Sul. Distribuidoras de energia de outras regiões do país estão mobilizando eletricitas e equipamentos para reparos em redes avariadas no Rio Grande do Sul, informou o Ministério de Minas e Energia (MME). A decisão foi tomada no comitê de gerenciamento de crises. Leia na epbr.

**Fonte: Agência EPBR de Notícias**

**Data: 09/05/2024**

### REFINARIA DE CANOAS (RS) RETOMA GRADUALMENTE ESCOAMENTO DE GLP

Operação na unidade da Petrobras é regular, mas acesso foi prejudicado por danos em inundações  
*Por epbrepr 9 de maio de 2024 Em Clima, Combustíveis, Petróleo e gás*



***Enchente encobre estradas e aeroporto após fortes chuvas em Canoas (RS), em 5 de novembro de 2024 (Foto: Ricardo Stuckert/PR)***

A Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) retomou de forma gradual o fornecimento de gás de cozinha nesta quarta-feira (8/5), com a distribuição de 660 toneladas do produto.

A entrega visa a atender a demanda do estado, que havia sido prejudicada devido as intensas chuvas que começaram no fim de semana passado.

Paralelamente, estão sendo implementadas medidas para facilitar a reconexão aérea do Rio Grande do Sul com o restante do país.

O reabastecimento prioritário de querosene de aviação (QAV) ocorrerá nos aeroportos das cidades gaúchas de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Passo Fundo e Pelotas, e em Chapecó, Florianópolis, e Jaguaruna, em Santa Catarina.

As operadoras aéreas que utilizam aeronaves de grande porte poderão optar por essas localidades já reabastecidas para pouso e decolagem, reservando o combustível recentemente recebido para aviões menores e helicópteros, especialmente os usados em missões de resgate, informou o Ministério de Minas e Energia (MME).

De acordo o Serviço Geológico do Brasil (SGB), subordinado à pasta, o nível do Rio Guaíba, que atravessa a capital Porto Alegre, ainda se encontra em patamares críticos e deve se manter acima da cota de inundação de 3 metros até a próxima semana.

A situação impacta os municípios da região metropolitana, que estão entre os mais prejudicados pelos temporais. O número de municípios afetados subiu para 414, segundo informações oficiais do estado e prefeituras gaúchas, atualizadas na manhã de quarta (8).

Desde o início das fortes chuvas, na segunda-feira (29/4), o Guaíba subiu mais de três metros e, no sábado (5/5), chegou à máxima histórica de 5,33 m, 58 cm acima do recorde anterior, de 4,75 m, observado em 1941.

**Fonte: Agência EPBR de Notícias**

Data: 09/05/2024

## PETROBRAS E KARPOWERSHIP AVALIAM PARCERIAS EM GÁS E ENERGIA

Memorando de intenções assinado entre as partes inclui as atividades de liquefação, regaseificação e armazenamento de gás e GNL

Por André Ramalho 8 de maio de 2024 Em Empresas, Mercado de gás, Setor elétrico



**Complexo termelétrico flutuante a gás da Karpowership Brasil, na Baía de Sepetiba (Foto: Divulgação)**

RIO — A Petrobras e a Karpowership (KPS) assinaram um memorando de intenções para atuarem em conjunto nos setores de gás natural e energia, informou nesta quarta-feira (8/5) a empresa turca.

As companhias estudam parcerias nas atividades de liquefação (flutuante e terrestre) e regaseificação, além de armazenamento de gás natural e gás natural liquefeito

(GNL).

Soluções flexíveis de fornecimento de gás vêm despertando o interesse no mercado, em meio aos preparativos para o leilão de reserva de capacidade, previsto pelo governo para o 2º semestre. A Petrobras, aliás, cogita participar da concorrência.

Em nota, a diretora regional de Operações Comerciais para a América do Sul da Karpowership, Beyza Özdemir, destacou que a parceria com a Petrobras será uma oportunidade de trabalhar em “novas estratégias de negócios” e potencialmente expandir a presença da companhia no Brasil e nas Américas.

A empresa também citou que espera fazer novos investimentos em renováveis e tecnologia verde nos próximos anos.

### Entrada da KPS no Brasil foi marcada por turbulência

A KPS entrou no mercado brasileiro em 2021, ao negociar quatro térmicas a gás no Procedimento de Contratação Simplificado (PCS) – o leilão emergencial realizado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) no auge da crise hídrica daquele ano.

As usinas Karkey 013, Karkey 019, Porsud I e Porsud II somam 560 MW de potência. São térmicas flutuantes, conhecidas como Powerships – e todas elas instaladas no Porto de Itaguaí (RJ). Elas são abastecidas por uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (FSRU) em operação na Baía de Sepetiba (RJ).

Os projetos atrasaram e ficaram ameaçados depois que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) revogou em 2023 a outorga de implantação e operação das usinas – sujeitando a empresa turca ao pagamento de multas.

O caso foi, então, judicializado pela KPS, que obteve liminar lhe protegendo das penalidades. Por solicitação do Ministério de Minas e Energia, o Tribunal de Contas da União (TCU) costurou um acordo de solução consensual, para encerrar a disputa entre o MME, Aneel e a Karpowership

A medida foi contestada por associações ligadas a consumidores de energia. Pelo acordo, a KPS abriu mão da inflexibilidade das operações de três das quatro usinas (Karkey 019, Porsud I e Porsud II), com redução da energia gerada no segundo semestre de 2023.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/05/2024



## JORNAL O GLOBO – RJ

### MEDIDAS DO BNDES PARA APOIAR RS TERÃO EFEITO DE ATÉ R\$ 12,6 BI

Por causa dos alagamentos, banco de fomento deixará de cobrar o pagamento de dívidas de empresas sediadas no Rio Grande do Sul e vai turbinar seu programa de garantia de crédito com foco apenas nas firmas gaúchas

*Por Vinicius Neder — Rio*



***Estrada inundada em Encantado, no Rio Grande do Sul — Foto: Gustavo Ghisleni/AFP***

No rol de medidas anunciadas nesta quinta-feira, dia 9, pelo governo federal para mitigar os efeitos dos alagamentos no Rio Grande do Sul, o BNDES deixará de cobrar o pagamento de dívidas de empresas sediadas no estado e vai turbinar seu programa de garantia de crédito com foco apenas nas firmas gaúchas. O efeito das medidas do banco de fomento chega a R\$ 12,6 bilhões.

– É recurso na veia da economia local, além das linhas tradicionais que temos, que, evidentemente, continuarão atuando – afirmou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, ao detalhar as medidas, durante a apresentação dos resultados financeiros do banco no primeiro trimestre.



***Mercadante: medidas do BNDES injetarão recursos "na veia" da economia local do Rio Grande do Sul — Foto: Cristiano Mariz***

A suspensão da cobrança das dívidas, por até 12 meses, poderá injetar R\$ 7,6 bilhões no caixa das empresas gaúchas. Segundo o BNDES, são 56 mil operações elegíveis ao benefício. Além de suspender os pagamentos por um ano, as empresas poderão optar pela ampliação do prazo total do financiamento pelo mesmo período.

As empresas interessadas poderão optar por essa suspensão até 31 de outubro. Somente firmas sediadas no Rio Grande do Sul poderão ter direito à suspensão.

### **Programa de garantia avalizará R\$ 5 bi em empréstimos novos**

Já o reforço no FGI Peac, programa de garantia de crédito que foi criado entre as políticas do BNDES para mitigar os efeitos da crise causada pela Covid-19, em 2020, poderá ter um efeito de até R\$ 5 bilhões em novos empréstimos.

Esse é o valor máximo que um aporte específico de R\$ 500 milhões no programa poderá avalizar em financiamentos concedidos por praticamente todos os bancos comerciais. Segundo o BNDES, o aporte será feito pelo Tesouro Nacional.

A medida é direcionada para as empresas de menor porte. O Peac funciona como um seguro-fiança para o aluguel imobiliário, oferecendo ao tomador do empréstimo a garantia, assim como o seguro-fiança permite ao inquilino alugar a moradia sem um fiador.

O aval vem de um fundo do BNDES, o FGI – que receberá o novo aporte de R\$ 500 milhões por parte do Tesouro. Quem empresta são os bancos privados, com recursos deles. Se o cliente que tomou o empréstimo dá calote, o aval cobre a perda.

Segundo Mercadante, o reforço nas garantias será importante para as empresas gaúchas que, eventualmente, perderam maquinário e estoque por causa dos alagamentos.

Com as perdas, essas firmas, especialmente as de menor porte, têm ainda menos condições de oferecer garantias na hora de tomar um empréstimo junto a um banco. E tomar algum financiamento pode ser a única saída para manter as atividades dos negócios após as enchentes.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 09/05/2024*

### **MERCADANTE DEFENDE APORTES DO TESOURO NO FAT PARA EVITAR QUE BNDES PERCA RECURSOS PARA EMPRESTAR**

Diretoria do banco de fomento prefere proposta de emenda à Constituição (PEC) para rever parte da Reforma da Previdência, mas, para presidente da instituição, há alternativas

*Por Vinicius Neder — Rio*

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, exortou o Tesouro Nacional a cobrir eventuais perdas da instituição de fomento em relação aos recursos que tem a receber do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O FAT é a principal fonte de recursos do banco desde a Constituição de 1988. Uma alteração promovida pela Reforma da Previdência, em 2019, reduziu o montante que cabe ao BNDES e colocou o INSS no rol de itens financiados pelo fundo, concorrendo com o banco pelos recursos.

Como mostrou O GLOBO esta semana, o BNDES quer, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, convencer o Palácio do Planalto a patrocinar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reverter a inclusão do INSS no rol de despesas financiadas pelo FAT.

Nesta quinta-feira, dia 9, Mercadante disse que uma PEC poderá não ser necessária, se o Tesouro cobrir os valores:

– O ideal seria uma mudança constitucional, mas não é a única possibilidade. O Tesouro pode, por exemplo, cobrir eventual perda que o BNDES venha a ter em relação a devoluções ao FAT. Não tem incidência sobre o superávit primário, é uma operação financeira. Isso só está na pauta a partir de 2026.



***Segundo Mercadante, mudança constitucional era o ideal, mas não é a única saída para disponibilidade de recursos do BNDES no futuro — Foto: Fabio Rossi***

Mercadante evitou responder se, sem as mudanças no FAT, seria possível cumprir as projeções de desembolsos para este ano, entre R\$ 130 bilhões e R\$ 160 bilhões, o que representaria um avanço de pelo menos 13% sobre o ano passado. Em 2023, o banco de fomento liberou em torno de R\$ 115 bilhões.

Por outro lado, o presidente do BNDES ressaltou uma série de medidas que têm sido tomadas para ampliar as fontes de recursos da instituição de fomento.

Entre elas estão o aporte de cerca de R\$ 10 bilhões no Fundo Clima, com recursos oriundos de “títulos verdes” emitidos pelo Tesouro no exterior; a captação de valores junto a instituições

multilaterais, que foi de US\$ 3,2 bilhões em 2023 e tem mais US\$ 4,6 bilhões a entrar entre este ano e 2025; e a proposta de criação das LCD, um título específico de renda fixa para bancos de desenvolvimento captarem no mercado.

### Lucro recorrente salta 59% no 1o trimestre

Ao anunciar os resultados financeiros, o BNDES informou um lucro líquido recorrente de R\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre, salto de 59% perante os três primeiros meses de 2023. Já o lucro contábil, engordado, principalmente, por dividendos da Petrobras e recuperações de crédito, foi de R\$ 5,2 bilhões, 25% acima do registrado um ano atrás.

O BNDES também confirmou um salto de 22% nos desembolsos para financiamentos ativos, na comparação do primeiro trimestre com igual período de 2023. O crescimento já havia sido informado publicamente por Mercadante. Nos três primeiros meses do ano, o banco liberou R\$ 23,3 bilhões – em termos reais, descontada a inflação, o crescimento ante 2023 foi de 17,2%; foi o melhor desempenho para primeiros trimestres desde 2016, quando o BNDES liberou R\$ 27 bilhões, em valores atualizados pela inflação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/05/2024

## GOVERNO E CONGRESSO CHEGAM A ACORDO SOBRE DESONERAÇÃO DA FOLHA DE 17 SETORES

Modelo prevê reoneração gradual a partir de 2025

Por Victoria Abel — Brasília

O governo Lula e o Congresso Nacional fecharam um acordo sobre um modelo de reoneração gradual da folha de pagamento dos 17 setores da economia intensos em mão de obra. Esse entendimento foi confirmado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A desoneração atinge setores econômicos que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Entidades



empresariais e sindicatos ressaltam que ela é importante para a geração e manutenção de emprego e renda. Esse modelo permite que empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento — que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e serviço prestado.

**O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entrega a regulamentação da Reforma Tributária ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

O acordo prevê que a contribuição continuará sobre o faturamento, ou seja, no formato atual, neste ano.

A partir de 2025, haverá um aumento progressivo da cobrança sobre a folha, começando em 5%. Esse aumento será acompanhado da redução gradual do tributo sobre o faturamento, de forma a equalizar a carga tributária.

— (Em) 2024 se mantém como está a desoneração da folha. A partir de 2025, reconhecendo inconstitucionalidade, estabelecendo a reoneração, 5% primeiro ano, 10% segundo ano. A partir do momento que vai onerar a folha, vai desonerar pelo faturamento na mesma proporção. Para o mês de maio, nada muda, se recolhe em cima do faturamento — explicou o presidente do Senado.

O acordo será entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá homologar a proposta até o dia 20 deste mês, de acordo com Haddad. Essa data é importante porque, se não houvesse mudança até lá, as empresas precisariam pagar o tributo de 20% sobre a folha.

No mês passado, o ministro Cristiano Zanin, do STF, suspendeu a desoneração. Por isso, caberá a ele homologar o acordo.

Haddad disse que irá enviar ao Congresso Nacional, em seguida, um projeto com a estimativa de impacto fiscal da proposta e possível compensação.

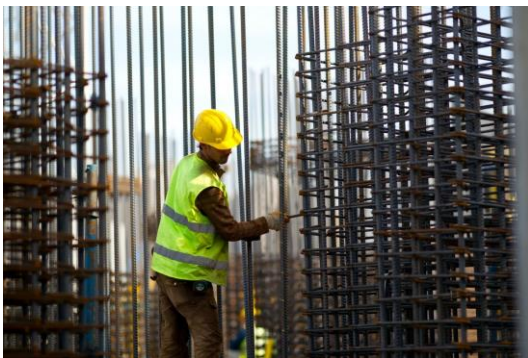
— Vamos ingressar com um pedido de remodulação da liminar (no STF). A Fazenda vai ter que encontrar uma compensação para isso, de acordo com a lei de responsabilidade. Estamos assumindo a responsabilidade desse encaminhamento, a bola está conosco para, após a homologação e fixados os cálculos, encaminharmos essa compensação — disse Haddad.

O ministro explicou ainda que o 13º salário permanecerá desonerado até 2027, como foi solicitado pelas empresas.

— Estamos buscando uma convergência do Executivo com o Legislativo, a partir de uma premissa fundamental, que é da maturidade política e do diálogo como solução dos problemas — afirmou o presidente do Senado.

O acordo com os municípios para a manutenção da desoneração ainda não foi fechado e será debatido na semana que vem em sessão do Senado, com a presença de representantes dos prefeitos, além do ministro.

Fernando Haddad ainda se comprometeu a enviar uma proposta de reforma da folha de pagamentos, assim como do Imposto de Renda, logo depois da segunda parte da regulamentação da Reforma Tributária de consumo chegar ao Congresso.



**Construção civil é um dos 17 setores incluídos na desoneração da folha de pagamento — Foto: Freepik**

— Nós, a partir do momento que encaminharmos para cá a segunda lei complementar, referente ao imposto sobre consumo, vamos nos dedicar à reforma da renda e da folha de pagamento. Esse tipo de imposto precisa ser reformado (sobre a folha). Se formos perseverantes, teremos antes de 2027 a aprovação de um substitutivo, algo que faça mais sentido que o atual modelo. Tenho segurança em afirmar que 2025 será o de deliberar uma alternativa para isso (reforma da folha de pagamento) — disse Haddad.

### Aprovação em 2023

O projeto de lei que trata da desoneração foi aprovado pelo Congresso por ampla maioria no ano passado. Depois, foi vetado integralmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. O texto prorrogou até 2027 a desoneração.

Logo após a derrubada do veto, uma medida provisória (MP) editada por Lula revogou a desoneração, o que gerou reação de parlamentares. Depois, Lula recuou e manteve o modelo. Porém, ele enviou um projeto ao Congresso estabelecendo a reoneração gradual.

Em abril, o governo pediu para o STF derrubar a desoneração. Em seguida, uma liminar de Zanin atendeu o pedido e suspendeu a lei. Essa liminar entrou em análise no plenário virtual do STF, mas o ministro Luiz Fux pediu vista e paralisou a análise.

**Fonte: O Globo - RJ**  
**Data: 09/05/2024**

## STF CONSIDERA LEI DAS ESTATAIS CONSTITUCIONAL, MAS MANTÉM NOMEAÇÕES DE LULA

Ministros validaram restrições a indicações de políticos em empresas públicas

*Por Daniel Gullino — Brasília*

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou nesta quinta-feira que são constitucionais as restrições para indicação de políticos para a direção de empresas estatais que foram estabelecidas pela Lei das Estatais, de 2016. Os ministros decidiram, no entanto, manter as indicações feitas desde o ano passado, quando essa restrição foi suspensa, até agora. Novas nomeações que contrariem a lei não serão permitidas.

A decisão pela validade da lei foi tomada por oito votos a três. Já a manutenção dos indicados durante a vigência da decisão provisória ocorreu por unanimidade.

O julgamento foi concluído nesta quinta com os votos de Edson Fachin, Luiz Fux e Cármen Lúcia, favoráveis à lei, e de Gilmar Mendes, contrário.

Já haviam se manifestado pela constitucionalidade os ministros André Mendonça, Dias Toffoli, Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Flávio Dino votou pela inconstitucionalidade, assim como o relator, o ministro aposentado Ricardo Lewandowski (hoje ministro da Justiça).

### Legislação estabeleceu quarentena

Estavam sendo analisados dois pontos da Lei das Estatais, que foram suspensos em março do ano passado por Lewandowski. O primeiro deles é a vedação de nomeação de ministros de Estado e secretários estaduais e municipais para o conselho de administração ou diretoria de estatais.

O segundo é a proibição de indicação, para os mesmos órgãos, de pessoas que tenham atuado nos últimos três anos como participantes de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização de campanha eleitoral.

Lewandowski havia considerado, atendendo a um pedido do PCdoB, que essa proibição estabelecia "discriminações desarrazoadas e desproporcionais".

Nesta quinta, Fachin afirmou que a lei não impede a nomeação devido a opiniões políticas, mas sim atua contra o conflito de interesses.

— Não se pode, por exemplo, impedir uma pessoa de assumir determinado cargo público em virtude de sua opinião, política, ideológica, seja ela qual for. Mas é possível que ela presuma que quem tenha exercido cargo de direção partidária ou funções similares enumeradas pela lei tenha um conflito objetivo de interesses com a administração.

Luiz Fux lembrou que outros cargos também são alvos de quarentena, como os próprios juízes.

— A quarentena estabelecida pela lei me parece uma quarentena adequada por ela tem parâmetros constitucionais. E esse é o parâmetro que se aplica aos juízes e também aos membros do Poder Legislativo.

Gilmar Mendes, por sua vez, considerou que a lei pode afastar "quadros competentes":

— A pretexto de blindar a empresa estatal de ingerências partidárias e (de) pessoas não qualificadas, o diploma legal afasta, ou pode afastar, quadros competentes da República de postos-chaves da administração pública indireta.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 09/05/2024*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### GREVES NO SETOR PÚBLICO CAUSAM PERDAS BILIONÁRIAS A EMPRESAS E SETORES INTEIROS

Apenas o setor de petróleo fala em perdas de mais de R\$ 2 bilhões com as dificuldades de licenciamento provocadas pela paralisação do Ibama; associação dos servidores diz que quadro de greves pode ficar ainda pior

*Por Cristiane Barbieri (Broadcast)*

Empresas de diversos setores têm contabilizado perdas por conta de paralisações de carreiras ligadas ao setor público - e que, no caso do petróleo, já ultrapassam os R\$ 2,2 bilhões. Há pelo menos 15 categorias de funcionalismo atualmente com movimentos em torno de reivindicações. Com negociações simultâneas com o governo há meses, algumas demandas foram atendidas, porém, continuam sem acordos funcionários ligados a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), CGU (Controladoria Geral da União), Tesouro Nacional, Susep (Superintendência de Seguros Privados), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e profissionais da educação, entre outras.

Sem renovações e novas licenças de instalação e operação das autoridades ambientais há mais de 120 dias, o setor de petróleo e gás contabiliza perdas de cerca de R\$ 2,250 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP). Roberto Ardenghy, presidente da entidade, diz que as empresas da área vêm deixando de produzir 40 mil barris de petróleo diariamente por conta da operação do Ibama, o que impacta não só os negócios como também a balança comercial, o PIB e a arrecadação de tributos, uma vez que deixam de ser recolhidos royalties sobre a extração dos insumos. O valor aumenta a cada dia.

O volume de produção não será compensado posteriormente, afirma ele, uma vez que é impossível aumentar a capacidade de extração diária. "Uma das nossas associadas teve de devolver uma sonda que veio do exterior porque estava sem licença de produção e demitiu 20 funcionários, já que o equipamento só poderá voltar daqui a um ano", diz Ardenghy. "O processo só se agrava à medida que o tempo passa porque as empresas são obrigadas a postergar decisões de investimentos."

Além do impacto na atividade em si, o setor também vem sendo afetado por atrasos em pesquisas feitas por universidades públicas. Por lei, as empresas de óleo e gás têm de investir 1% do lucro bruto em desenvolvimento de novas tecnologias, o equivalente a US\$ 2 bilhões anuais, que chegam a 148 universidades. "É um crime que esteja tudo parado", diz ele.



**Exploração de petróleo na Bahia: setor se queixa de perdas com falta de licenças e paralisação na burocracia**  
*Foto: Wilton Junior/Estadão*

Outras atividades, como mineração e energia também têm sido afetadas pela paralisação de atividades de campo do Ibama. Segundo a Ascema Nacional (Associação Nacional dos Servidores Especialistas em Meio Ambiente), o número de licenças concedidas, que somou 180 no primeiro quadrimestre do ano passado, está em 69 no mesmo período de 2024. Apenas no setor elétrico, foram afetados quatro processos de

termoelétricas que somam 5.970 MW de capacidade e 3 eólicas que somam 934,8 MW, entre outros.

Também tiveram análises e emissões de autorizações interrompidas projetos ligados à mineração. Mas, segundo o Ibram, que representa as mineradoras, não houve reclamação dos associados.





De acordo com a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), há hoje 30 mil veículos aguardando liberação ambiental em portos. Além de atrasar entregas de carros no mercado nacional, principalmente vindos da Argentina e da China, o movimento tem afetado também parte das exportações. Para a entidade, as empresas do setor acabam se adaptando ao ritmo mais lento de liberação. O processo, que levava entre 15 e 20 dias, aumentou para 60 dias, segundo a Ascema Nacional.

A paralisação acontece, porém, pouco antes do aumento de carga tributária para veículos híbridos e elétricos importados, previsto para julho. Montadoras, principalmente chinesas, organizaram-se para trazer um volume maior de carros ao País, antes da majoração da alíquota e não têm conseguido internalizar os veículos.

### **Nos sindicatos**

O impacto pode ficar ainda maior caso o movimento radicalize em categorias que hoje fazem apenas paralisações, diz Rudinei Marques, presidente da Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado), que reúne 36 entidades, das quais 22 de âmbito federal. “Ainda não há acordo para os fiscais agropecuários, que respondem por toda fiscalização sanitária do agronegócio e cujo movimento pode escalar, por exemplo”, diz Marques. “A situação no Tesouro também pode comprometer a vida do governo, já que em junho há transferência de emendas parlamentares a municípios no valor de R\$ 8 bilhões.” Com isso, diz ele, fazer o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) em agosto se tornaria impraticável.

Sem reajustes há seis anos, os servidores foram estimulados às paralisações pelo próprio presidente Lula, diz Marques. “O reajuste emergencial de um terço dos salários que conseguimos nesta gestão foi completamente insuficiente para estancar as perdas”, afirma. “O presidente Lula disse para fazermos paralisações para pressionarmos por condições melhores e é o que estamos fazendo.”

Segundo Marques, a entidade está acostumada às negociações travadas por questões ligadas à responsabilidade fiscal. Porém, o governo tem tido uma postura “perdida”, diz ele, por ter mudado três vezes a estratégia de negociação. A mais recente consiste em mesas de negociação com cada uma das categorias. Foram 20 mesas de setembro para cá, algumas das quais ainda sem conclusão. “Há mais 60 mesas requeridas, que eles esperam encerrar até julho”, diz. “Isso não vai acontecer.”

### **No meio ambiente**

A paralisação de atividades de campo do Ibama, responsável pelas maiores perdas corporativas até agora, tem ainda impactos não contabilizados no meio ambiente. Os autos de infração na Amazônia Legal caíram 82% e as atividades de prevenção de incêndios e catástrofes naturais estão praticamente sem ser realizadas. “A retomada do protagonismo brasileiro na pauta ambiental não se refletiu na valorização dos servidores da área”, diz Binho Zavaski, presidente da Ascema Nacional.

As demandas da categoria, praticamente destruída na gestão Jair Bolsonaro, diz ele, vão bem além de aumento de salário. Os funcionários querem a reestruturação da carreira, com a parametrização aos funcionários da Agência Nacional de Águas (ANA), redução do fosso salarial entre cargos, reivindicação de atividades de risco para áreas conflagradas e inclusão das carreiras na lei de fronteiras. Também a recomposição dos quadros das entidades, que hoje têm 45% dos postos em aberto.

Atualmente, as entidades trabalham numa contraproposta ao que foi oferecido pelo governo. “Esperamos haver uma saída negociada com governo sem paralisação geral, o que seria cenário muito ruim”, afirma.

Sergio Lazzarini, professor do Insper e especialista em estratégia e organização no setor público, diz que uma boa alternativa às negociações seria avançar em discussões além da recomposição salarial. Incluir nos debates avaliações de desempenho e qualidade de serviços prestados, como determina a Constituição. Algo que jamais foi regulado. “Há várias iniciativas que poderiam caminhar



no sentido da construção de um Estado mais moderno”, diz ele. “Esse poderia ser um bom momento para trazer essa pauta à mesa.”

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 09/05/2024*

### **ARRECAÇÃO DE ABRIL ANIMA TÉCNICOS DA FAZENDA, E CRESCIMENTO REAL É ESTIMADO EM 8,5%**

Aumento de receitas deve evitar mudança da meta de primário no relatório bimestral de maio, segundo o banco BTG Pactual; expectativa é que governo registre superávit primário de R\$ 12,7 bilhões no mês

*Por Alvaro Gribel*

A arrecadação federal do mês de abril animou técnicos do Ministério da Fazenda, depois da leve desaceleração de março. Pelas contas do banco BTG Pactual, que analisou dados do sistema Siga Brasil, o crescimento real — já descontada a inflação — chegou a 8,5% neste mês, em relação ao mesmo período de 2023, contra 7,2% de aumento em março.

Com isso, a expectativa do banco é de que o governo registre um superávit primário de R\$ 12,7 bilhões em abril.

“O destaque positivo (na arrecadação) continua sendo os impostos ligados ao consumo e ao mercado de trabalho. Os impostos sobre lucros devem se recuperar no mês, após um início de ano mais fraco, apesar de ainda crescerem abaixo das demais rubricas”, afirmou o economista Fábio Serrano, do BTG.

No acumulado de janeiro a abril, a estimativa do BTG é de que a receita total tenha crescido 8,8% em termos reais, enquanto a receita líquida — descontada as transferências para Estados, municípios e fundos constitucionais, por exemplo — tenha dado um salto de 9,1%.

Na visão do Ministério da Fazenda, a desaceleração da arrecadação em março foi pontual, com a concentração da queda em rubricas como Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), que refletem o ajuste dos recolhimentos feitos pelas empresas em 2023.

Pelas contas de Serrano, os impostos sobre consumo (Imposto de Importação, IPI, Pis/Cofins) dispararam 24% em abril, contra crescimento de 18,3% em março.

“O Pis/Cofins deverá crescer 13,3% em termos reais (contra 8,2% em março), o equivalente a um incremento de R\$ 5,2 bilhões em relação a abril de 2023. Os impostos relacionados ao mercado de trabalho devem registrar uma expansão real de 5,6% no mês”, disse o economista.

Apesar do superávit previsto para abril, há preocupação com o aumento de gastos. A despesa primária prevista chegou a R\$ 180 bilhões, segundo o banco, acima dos R\$ 172,8 bilhões esperados pelo boletim Prisma Fiscal, que coleta números do mercado financeiro:

“O ritmo de execução das despesas sujeitas a programação financeira pode explicar uma parcela importante dessa surpresa, e deve se acomodar até o fim do ano. Mas vale destacar que os benefícios previdenciários e de prestação continuada (LOAS/BPC) seguem superando nossa expectativa original, puxados por uma forte expansão do número de beneficiários.”

#### **Contingenciamento adiado**

Segundo o BTG Pactual, com a arrecadação forte, o segundo relatório bimestral de Receitas e Despesas, que será divulgado no próximo dia 22, deve não só evitar novas medidas de contingenciamento, como desbloquear os R\$ 2,9 bi que foram congelados no relatório de março. Além disso, o debate sobre uma provável mudança da meta de resultado primário este ano deverá ser adiado por mais dois meses.

“O segundo relatório bimestral deverá trazer alguma deterioração da projeção de primário para 2024 (atualmente em -R\$9,3 bilhões), puxado principalmente pela antecipação da liberação do crédito suplementar de R\$16 bilhões, que elevará o limite de gastos de forma permanente. Ainda assim, a projeção oficial deverá permanecer acima da banda inferior, evitando o contingenciamento, e adiando qualquer debate sobre a alteração da meta por pelo menos mais 2 meses”, diz o banco.

Pelo lado da receita, é esperada uma melhora na previsão com a arrecadação de royalties, em R\$ 5 bilhões, pelo aumento do preço do barril de petróleo e a desvalorização do real frente ao dólar. Por outro lado, o banco entende que há rubricas superestimadas com a renegociação de outorgas de ferrovias (R\$ 17 bilhões), além de subestimação de gastos com a Previdência, em cerca de R\$ 14 bilhões.

Procurado, o Ministério da Fazenda preferiu não se manifestar.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 09/05/2024*

## HADDAD DEFENDE COLOCAR TRAVAS NA CONSTITUIÇÃO PARA EVITAR SUPERSALÁRIOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO

Segundo o ministro da Fazenda, esse poderia ser um ‘pontapé’ para a reforma administrativa: ‘Porque, se ficar só no projeto de lei, amanhã alguém muda’

*Por Bianca Lima , Mariana Carneiro , Fernanda Trisotto (Broadcast) e Amanda Pupo (Broadcast)*



**ENTREVISTA MINISTRO DA FAZENDA FERNANDO HADDAD. Foto:**

**Daniel Teixeira / Estadão**

**Foto: Daniel Teixeira / Estadão**

### **Entrevista com Fernando Haddad - Ministro da Fazenda**

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende colocar travas na Constituição para limitar o pagamento de auxílios que atualmente driblam o teto constitucional do salário do funcionalismo público, hoje fixado em R\$ 41,6 mil mensais. Segundo ele, esse é um tema que causa grande comoção no

País e que poderia ser o “pontapé” de uma reforma administrativa do governo Lula, que ainda não saiu do papel.

“Várias vezes eu mencionei o projeto de lei dos supersalários. Acredito que qualquer mexida na Constituição, para cima ou para baixo, deveria contemplar esse projeto de lei”, afirmou Haddad, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. Esse texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 2021, mas desde então está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal.

“Nós deveríamos constitucionalizar determinadas vedações, para que esses expedientes de furar o teto do salário sejam disciplinados de uma maneira decisiva. Porque, se ficar só no projeto de lei, amanhã alguém muda”, afirmou o ministro.

O projeto, que está há três anos parado na CCJ, limita o pagamento fora do teto a situações excepcionais, como auxílio-moradia para quem atua fora da comarca de origem e pagamento de férias não gozadas limitado a 30 dias, e apenas se o magistrado comprovadamente não puder sair de férias. No Brasil, os juízes têm direito a 60 dias de férias, mas muitos vendem parte do período para aumentar o contracheque.

Ao mesmo tempo em que o texto dos supersalários está parado no Congresso, a PEC do Quinquênio andou algumas casas no Senado. O projeto retoma um bônus na remuneração de juízes e procuradores que era pago a cada cinco anos de serviços e o qual foi extinto em 2003. “Eu,



pessoalmente, sou contra o Quinquênio. Por princípio, não me parece um expediente defensável”, afirmou Haddad ao ser questionado sobre o tema.

## ***Abaixo os principais trechos da entrevista relacionados aos supersalários e à reforma administrativa.***

**O sr. falou sobre ser contra o ajuste fiscal no lombo do pobre e que isso tem de acontecer pelo andar em cima. Como promover esse ajuste pelo andar de cima, quando a gente vê, por exemplo, o Congresso discutindo a PEC do Quinquênio?**

Eu acredito que nós devemos, até para sensibilizar as pessoas sobre a necessidade de racionalizar os gastos públicos, começar dando o exemplo. Várias vezes eu mencionei o projeto de lei dos supersalários. Eu acredito que qualquer mexida na Constituição, qualquer mexida, para cima ou para baixo, deveria contemplar o projeto de lei. Nós deveríamos constitucionalizar determinadas vedações, para que esses expedientes de furar o teto do salário sejam disciplinados de uma maneira decisiva. Porque, se ficar só no projeto de lei, amanhã alguém muda.

### **Constitucionalizar o limite dos salários?**

A lei dos supersalários tem princípios que poderiam ser constitucionalizados.

### **O sr. avalia que o governo pode propor uma PEC?**

Não, nós poderíamos construir, no âmbito dessa discussão (sobre quinquênio), nós podemos construir uma solução que efetivamente representasse um início de uma reforma administrativa.

### **Em troca, o governo aceitaria a PEC do Quinquênio?**

Eu, pessoalmente, sou contra o Quinquênio. Por princípio, não me parece um expediente defensável. Mas, se quer se fazer uma reforma administrativa, nós temos como começar essa reforma administrativa por um bom começo, um começo que pode ter desdobramentos muito interessantes.

### **Mas esse seria o começo?**

Repito: não sou a favor de quinquênio. E penso que, se a gente fosse começar uma reforma administrativa, deveríamos começar disciplinando isso que causa grande comoção no País. Quando a imprensa divulga os salários, que são públicos, e faz a tabela de quanto estão pagando para A, B ou C. Na minha opinião, é um bom começo disciplinar e de por ordem numa coisa que, independentemente do ganho fiscal que vai se ter, tem um poder simbólico muito grande.

### **Então seria colocar na Constituição esse limite?**

Eu acredito que, se pensar numa PEC como a 32 (que foi enviada pela gestão Bolsonaro ao Congresso) ou essa nova, vamos olhar o que de fato vai fazer a diferença do ponto de vista do diálogo da classe política com a população em geral. Porque isso daria ensejo a um processo de discussão sobre o gasto público muito saudável, na minha opinião. É um bom pontapé inicial.

### **Mas aí aproveitaria a PEC do Quinquênio para a discussão?**

Não estou defendendo o diploma A, B ou C. Quer se fazer uma reforma administrativa, tem duas ou três PECs aí em andamento. É verdade que queremos fazer uma reforma administrativa, vamos começar por algo que todo mundo concorda. Todo mundo concorda que nós temos que disciplinar a questão dos supersalários. Então vamos começar por isso, fazer um debate sério sobre isso e entregar para o País, eventualmente, uma emenda constitucional que ponha ordem nisso e que seja motivo de exemplo, de começarem efetivamente pelo lugar correto. Se vai aproveitar o diploma ou não, é uma questão menor, é uma questão formal. Eu estou falando do ponto de vista político, vamos endereçar esse debate? A Fazenda topa ajudar. Certamente o MGI (Ministério da Gestão e Inovação) topa ajudar. É uma atribuição do Ministério da Gestão, mas nós estamos aqui para colaborar, temos uma equipe para fazer cálculos, para sugerir cenários. O MGI tem uma bela equipe para isso também.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 09/05/2024**

### HADDAD: 'NÃO TEM UMA BANCADA BOLSONARISTA E UMA BANCADA LULISTA NO BC'

Em entrevista ao Estadão, ministro minimiza racha sobre corte da taxa de juros e diz ver 'fundamento técnico' para divergência no Copom

Por Bianca Lima , Mariana Carneiro , Amanda Pupo (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)



**ENTREVISTA MINISTRO DA FAZENDA FERNANDO HADDAD.**

Foto: Daniel Teixeira / Estadão

#### Entrevista com Fernando Haddad - Ministro da Fazenda

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a divisão exposta no Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o corte da taxa de juros nesta quarta-feira, 8.

De um lado, os quatro indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva votaram por uma redução de 0,50 ponto porcentual. Do outro lado, cinco indicados que estavam no BC antes da chegada de Lula optaram por um corte menor, de 0,25.

O racha gerou desconfiança entre investidores e analistas, que veem risco de que o próximo presidente da instituição, a ser nomeado por Lula ainda neste ano, possa ser mais tolerante com a inflação para não bater de frente com os interesses do Palácio do Planalto.

Haddad afirma acreditar que a diferença ocorreu no campo técnico, sobre uma mudança rápida de direção em relação ao que era esperado até então.

"Eu não concordo com esse tipo de avaliação. Até em respeito aos profissionais que estão lá, não tem uma bancada bolsonarista e uma bancada lulista no BC. Eu acredito que a questão da guidance (orientação) tenha sido a razão da divergência", afirmou Haddad, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast.

O ministro rebateu os temores de que a divergência possa suscitar dúvidas sobre a autonomia do BC.

"Essa é uma leitura superficial e ideológica. E, sinceramente, acho que essa questão nem se coloca. Eu considero que as pessoas indicadas por nós são iguais ou melhores do que as que saíram, do ponto de vista técnico e não tenho dúvidas que eles vão aportar um excelente trabalho", afirmou.

Ele voltou a dizer ser contrário à proposta de autonomia financeira do BC, em tramitação no Senado, e defendeu o reajuste de servidores oferecido pelo governo como uma válvula de escape para essa discussão.

#### ***Veja trechos da entrevista a seguir:***

#### **A decisão do Copom desta quarta-feira, 8, expôs uma divisão entre os diretores indicados que já estavam no BC e os indicados pelo governo Lula. Como avalia o episódio?**

Eu não concordo com esse tipo de avaliação. Até em respeito aos profissionais que estão lá, não tem uma bancada bolsonarista e uma bancada lulista no BC. Eu acredito que a questão da "guidance" (orientação) tenha sido a razão da divergência. Vou esperar pela ata porque é uma impressão, não tenho um diagnóstico, mas ouvindo muitas pessoas, creio que a divisão se deveu à guidance. Havia o compromisso de tirar o plural (do número de cortes previstos na taxa de juros) e repensar a trajetória a partir de novos dados. Eu acredito que tenha sido essa a questão, e não outra questão.

#### **O sr. avalia que neste cenário seria positivo antecipar a indicação do sucessor do novo presidente do BC?**



Isso é prerrogativa do presidente, ele quem decide o nome e a oportunidade. Não misturaria com outras coisas. Vamos tratar com serenidade, já houve um racha em agosto do ano passado a favor de um corte de 0,50 e ninguém acusou os quatro que perderam de bolsonaristas.

**Mas dessa vez a divisão ocorreu justamente entre os quatro indicados pelo presidente Lula, de um lado, e os cinco que já estavam no BC do outro.**

Tem que ler a ata para saber se minha impressão se confirma, de que a guidance foi importante. Vocês vão se lembrar que já fizeram matérias sobre a discrepância entre os comunicados e as atas várias vezes. Não cabe precipitação, vamos analisar com calma. A impressão que eu tenho, e sei que não é só minha, é que talvez isso tenha sido o objeto de debate. Havia um compromisso de tirar o plural e manter a guidance e isso não foi observado.

**Não era o caso de o Copom explicitar sua orientação atual?**

O papel do BC é entregar a inflação dentro da meta, o que ele vai fazer pelo segundo ano consecutivo, depois de um longo e tenebroso inverno. E vai continuar fazendo pelos próximos anos, como aconteceu no primeiro e segundo mandato do presidente Lula.

**Qual a expectativa da Fazenda para o juro no fim do ciclo de quedas?**

É difícil antecipar o desdobramento disso até o final do ano. Muita coisa pode acontecer, inclusive coisas boas. O Banco Central Europeu acabou de dizer que não vai esperar o Fed para começar o ciclo de cortes, o que é uma notícia positiva. As bolsas de valores da Europa tiveram alta expressiva. Óbvio que isso não tem impacto direto mas repercute. As taxas de juros de fora repercutem. Mas como a nossa (taxa de juros) ainda está muito elevada, nós estamos tendo espaço na política monetária para nos guiarmos para a melhor técnica.

**Essa redução do ritmo preocupa em termos de crescimento da economia?**

A economia cresceu no ano passado com 13,75% ao ano (de taxa de juros). Estamos seguros de que as medidas de crédito que nós estamos tomando, as medidas de ajuste que estamos tomando, as negociações que estão sendo feitas, que não são fáceis... Às vezes a pessoa pergunta como resolver o fiscal? A verdade é que há dez anos não se resolve o fiscal. Teve o pseudo superávit de 2022, mas tivemos 10 anos de déficit e penso que a agenda da Fazenda não deixa dúvidas sobre o nosso compromisso. Inclusive uma disposição de brigar por princípios que eu sinceramente não tenho lembrança de compromisso ter sido firmado de forma tão definitiva. De diminuir o gasto tributário, que chegou a mais de 6% do PIB, com o critério de justiça tributária, de realmente chamar a atenção dos poderes constituídos para um compromisso firme com a responsabilidade fiscal.

**A divisão do Copom alimenta os temores de que o próximo presidente do BC pode não ser tão comprometido com a meta de inflação quanto Roberto Campos Neto e coloca em dúvidas a autonomia do BC. A autonomia segue como um compromisso do governo Lula?**

Essa é uma leitura superficial e ideológica. E sinceramente acho que essa questão nem se coloca. Eu considero que as pessoas indicadas por nós são iguais ou melhores do que as que saíram do ponto de vista técnico e não tenho dúvidas que eles vão aportar um excelente trabalho.

**O diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, é favorito para a sucessão de Campos Neto?**

É uma atribuição do presidente Lula, o nome e a oportunidade da indicação.

**Como estão as conversas sobre a autonomia financeira? O governo decidiu entrar nesse debate?**

Há alguma polêmica em torno disso, inclusive entre os funcionários. A impressão que dá é a de que há um consenso interno, não é verdade. Segundo: a proposta originalmente apresentada não foi bem assim bem recebida nem no sistema financeiro. Que subordinava ao Senado atribuições que são do Executivo... Havia uma série de problemas no encaminhamento da proposta. O Executivo, o presidente, não foi informado. Mas foi feita uma proposta de reajuste salarial. Engraçado falar de autonomia agora como se o BC não tivesse ficado sete anos sem reajuste e isso não tivesse penalizado a instituição fortemente. Agora todo mundo resolveu ficar preocupado com o Banco Central. Antes ninguém estava preocupado? Precisamos cobrar coerência dos críticos porque eles estavam em silêncio esse tempo todo. O arrocho sendo feito, os funcionários procurando outras

oportunidades e ninguém se incomodou até outro dia. Nós estamos nos incomodando com esse assunto.

### **O sr. entende que o arcabouço atual já permite que os servidores sejam contemplados sem a autonomia financeira?**

As conversas estão em curso, sem preconceito e nas instâncias corretas, criando canais de comunicação adequados para que a flua a informação e o tema prospere ou não mas de uma forma institucional.

### **Mas o sr. tem uma opinião formada?**

Eu já me manifestei contrariamente à proposta original, isso é público.

### **E desde então o sr. conversou com o senador Plínio Valério (PSDB-AM), relator do tema no Senado?**

Vi na imprensa que o senador teria dito que não teria necessidade de conversar com a Fazenda, que ele conversaria com o líder do governo no Senado.

### **No ano passado, o sr. anunciou que o Brasil deixaria de seguir a meta de inflação no ano calendário e passaria a ter uma meta contínua de inflação (objetivo pode ser cumprido para além de um ano). O decreto sacramentando a mudança ainda não foi publicado. Quando será? Em junho, o governo precisará fixar a meta de inflação para 2027.**

Nós continuamos estudando a experiência internacional, que para minha surpresa é absolutamente pobre. Quem estabelece meta de inflação no mundo, em geral, tem meta contínua e não há uma regulação propriamente dita. Guilherme Mello (secretário de Política Econômica) está incumbido de fazer esse estudo. Como é um ato do presidente da República, assim que a agenda permitir, vamos submeter a ele as possibilidades. Como fizemos com o marco fiscal, que a comunidade internacional reconheceu como algo bastante inovador.

### **A ideia é anunciar antes de junho? A Fazenda trabalha com esse prazo?**

Não necessariamente. Se não tiver decreto, o CMN (Conselho Monetário Nacional, que reúne além de Haddad, o presidente do BC, Campos Neto, e a ministra do Planejamento, Simone Tebet) vai definir a meta como sempre definiu, pode ser que reafirme a meta, pode ser que tenha a necessidade de formalizar, não vejo problema nenhum. Nem sei se é necessário, mas se entendermos que sim, isso pode ser feito.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 09/05/2024*

## **VÍDEO: EMBRAER DIVULGA PRIMEIRAS IMAGENS DO PROTÓTIPO DE 'CARRO VOADOR' EM ESCALA REAL**

Startup que produz aeronave elétrica diz já ter 3.000 pedidos e que veículos devem começar a voar em 2026

*Por Clayton Freitas*



<https://youtu.be/Jo-E9DcoDfg>

A Eve Air Mobility (Eve), empresa da Embraer dedicada à mobilidade aérea urbana, revelou nesta quinta-feira (8) as primeiras imagens de seu protótipo de “carro voador” em escala real. Denominado oficialmente como veículo elétrico de decolagem e pouso vertical (eVOLT), o aparelho deverá iniciar seus voos no ano de 2026. Um breve vídeo foi divulgado nas redes sociais da empresa.

A startup Eve é a primeira spin-off da Embraer, criada por meio da Embraer-X, uma aceleradora de negócios e inovação do grupo..



**A aeronave deve ser produzida na futura fábrica da Eve em Taubaté Foto: Embraer/Divulgação**

A empresa já recebeu 3.000 cartas de intenção de compra (LOIs) do aparelho. Em nota divulgada pela Embraer, Johann Bordais, CEO da Eve Air Mobility, afirmou que a empresa está “avançando significativamente” na montagem do primeiro protótipo.

O executivo acrescenta que, paralelamente ao desenvolvimento do eVOLT, está em desenvolvimento o Vector, uma solução de software para gerenciamento de tráfego aéreo.

O comunicado da empresa também informa que a Eve utiliza a configuração de decolagem e cruzeiro, tecnicamente chamada de lift + cruise, com o emprego de rotores para elevar a aeronave (o lift do termo), e asas fixas para o voo em cruzeiro (o cruise), permitindo que a aeronave avance.

O aparelho possui motores elétricos duplos que proporcionam redundância de propulsão, o que significa que pode continuar voando mesmo que alguns rotores ou outras partes de sustentação venham a falhar. A aeronave deve ser produzida na futura fábrica da Eve em Taubaté.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 09/05/2024**

ECONÔMICO  
**Valor**

Informação que vira dinheiro.

## VALOR ECONÔMICO (SP)

### CONGRESSO MUDA LEI DE LICITAÇÕES E PERMITE INÍCIO DE CONTRATO SEM AVALIAÇÃO DO ANTEPROJETO OU ORÇAMENTO

Decisão ocorreu na votação de vetos interpostos pelo presidente Lula  
**Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet, Valor — Brasília**

O Congresso Nacional decidiu nesta quinta-feira (9) que serviços de até R\$ 1,5 milhão contratados no modelo de licitação “simplificado” poderão começar sem que o poder público avalie o anteprojeto ou orçamento. Esta avaliação ocorreria apenas ao final do contrato, para verificar se houve cumprimento do objetivo pactuado, segundo o texto que passará a valer.

A decisão ocorreu na votação de vetos interpostos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a lei aprovada pelo Congresso em 2023. Neste caso específico, a derrubada do veto ocorreu em acordo entre o governo, a oposição e os parlamentares. Na Câmara, 414 deputados votaram a favor da proposta e 29 contra. No Senado, foram 66 votos a 5.

O dispositivo vetado diz que “não haverá análise nem aceite” pelo poder público de termo de referência, anteprojeto, projeto, orçamento, resultado do processo licitatório ou outro documento para o início da execução do objeto do contrato, quando for adotada a licitação simplificada. Esse modelo





de contratação ocorrerá em convênios e contratos de repasse da União para outros órgãos com valor de até R\$ 1,5 milhão.

Lula tinha vetado isso dizendo que contrariaria o interesse público, “pois desprestigia o planejamento”. A rejeição ocorreu, na época, por recomendação dos Ministérios da Fazenda, de Portos e Aeroportos e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, além da Controladoria-Geral da União (CGU). Não houve debate sobre o assunto no plenário.

Além disso, o Congresso autorizou que uma empresa que assumir o contrato no lugar de outra poderá receber recursos de despesas empenhadas para a anterior ou de restos a pagar não processados. Lula tinha vetado essa possibilidade por contrariar uma lei de 1964 que exige a identificação do credor na nota de empenho e nos restos a pagar.

Os parlamentares também proibiram os órgãos públicos de cancelarem automaticamente os restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual ou a contratos rescindidos. O veto tinha como justificativa manter a prática atual e seguir recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para controlar a o aumento no estoque de restos a pagar.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 09/05/2024*

## PETRÓLEO CAMINHA PARA LIDERAR EXPORTAÇÕES DO PAÍS

Diferença do produto para a soja, que está no topo do ranking de janeiro a abril, é apenas de US\$ 300 milhões

*Por Estevão Taiar e Marta Watanabe — De Brasília e São Paulo*

Com a indústria extrativa responsável por um quarto da exportação brasileira, o petróleo ganha cada vez mais destaque e caminha para ser o principal produto da pauta de exportação brasileira de 2024. O desempenho da commodity ajudou na receita recorde de embarques para o período de janeiro a abril. A diferença do petróleo para a soja, que está no topo do ranking do período, é apenas de US\$ 300 milhões. Os embarques totais seguem puxados por volumes, o que compensa a queda de preços, dinamismo semelhante ao do total das importações.

A balança comercial registrou superávit de US\$ 9,04 bilhões em abril, segundo dados divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic). No acumulado do ano, o superávit alcançou US\$ 27,74 bilhões. As exportações somaram US\$ 108,9 bilhões, alta de 5,7%. Já as importações cresceram 2,2% e alcançaram US\$ 81,1 bilhões.

Puxada por petróleo bruto e minério de ferro, a participação da indústria extrativa na exportação total brasileira avançou de 21,7% para 25,8% de janeiro a abril de 2023 para igual período deste ano.

As duas commodities tiveram alta na receita de exportação em nível acima da média dos embarques totais. O valor embarcado de petróleo e de minério de ferro cresceu, respectivamente, 29,3% e 24,8% de janeiro a abril contra iguais meses de 2023. No mesmo período, a exportação total do país aumentou em 5,7%.

Herlon Brandão, diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, afirmou que o “petróleo tem sido o grande destaque” das exportações nos quatro primeiros meses deste ano.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), diz que o petróleo caminha para ser o principal produto da pauta de exportação brasileira em 2024. Os dados da Secex mostram ainda que, apesar da queda de 3% nos preços, o aumento de receita com petróleo foi garantido por volume de embarque, que cresceu 33,4%, sempre de janeiro a abril deste ano contra iguais meses do ano passado.

“Mantendo o ritmo atual, mesmo que não haja aumento de preços, o petróleo se tornará o principal produto exportado pelo Brasil em 2024”, diz Castro. A soja, explica, está à frente atualmente, mas a

exportação do grão tem grande sazonalidade e deverá cair a partir de setembro. Além disso, diz ele, há neste momento antecipação de embarques, o que tem trazido bom desempenho de volume da soja nas vendas externas, mas a safra do grão em 2024 não será tão grande quanto a do ano passado.

No agregado das exportações o bom desempenho dos volumes, que cresceram 10,6% de janeiro a abril, continuam compensando os preços, que caíram 4,2%, sempre na comparação com igual meses de 2023. Nas importações houve dinâmica semelhante, com aumento de 12,6% na quantidade e queda de 9,9% nos preços.

Lucas Barbosa, economista da AZ Quest, diz que a dinâmica da balança segue “robusta”, com exportação que se mantém ao redor de US\$ 345 bilhões no acumulado de 12 meses. As importações, que vinham em queda, diz Barbosa, parecem ter se estabilizado em patamar próximo de US\$ 240 bilhões em 12 meses, com dinâmica mais heterogênea entre os setores e sinais de que podem acelerar. Isso, destaca, já pode ser observado em itens industriais e de bens de capital, o que pode refletir as políticas do governo de estímulo à atualização do parque industrial e está em consonância com a perspectiva de crescimento da economia mais disseminado em 2024.

Segundo dados da Secex, considerando a importação por categorias econômicas, o aumento de volume nas compras externas foi puxado por bens de capital, com alta de 19,6%, e por bens de consumo, que cresceram 20,4%.

Nas relações bilaterais, chamam a atenção as trocas com a Argentina. Depois de um superávit de apenas US\$ 75,5 milhões de janeiro a março, a balança comercial do Brasil com a Argentina virou o sinal no acumulado do até abril, com déficit de US\$ 40,3 milhões.

O resultado não surpreende, diz Castro, da AEB. “Os argentinos reduzem as importações em busca de melhor saldo comercial não somente pela falta de divisas mas também para mostrar alguma medida que possa melhorar as condições do setor externo. Isso afeta as exportações brasileiras.” Os dados da Secex mostram que houve queda de 29,9% no valor embarcado pelo Brasil aos argentinos de janeiro a abril deste ano contra iguais meses de 2023. As importações cresceram 2,9%.

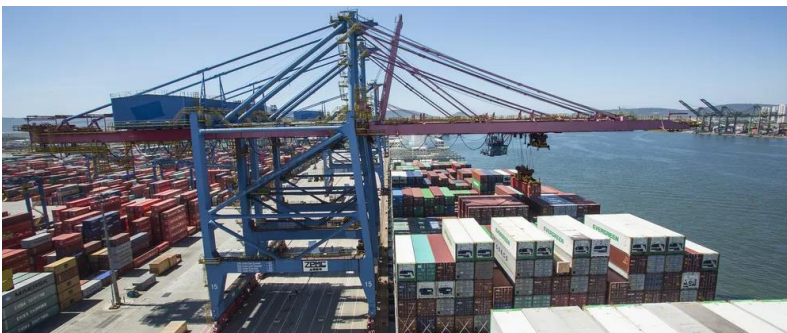
Questionado sobre os efeitos na balança do desastre ambiental no Rio Grande do Sul, Brandão disse que o Estado é atualmente o sexto maior exportador e também o sexto maior importador do Brasil. Entre os itens mais vendidos, estão soja, tabaco e carne bovina, além de produtos industrializados, como calçados, polímeros plásticos e máquinas agrícolas.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 09/05/2024*

## LUCRO DA SANTOS BRASIL CRESCE MAIS DE TRÊS VEZES NO 1º TRIMESTRE

A receita líquida avançou 51,1%, para R\$ 645,2 milhões, com destaque para o aumento anual de 69,8% na receita líquida dos terminais de contêiner e carga geral

*Por Victor Meneses, Valor — São Paulo*



— Foto: Reprodução

A Santos Brasil reportou um lucro líquido de R\$ 147,8 milhões no primeiro trimestre, número mais de três vezes superior ao lucro de R\$ 45,8 milhões reportado um ano antes.

Na mesma base de comparação, a receita líquida avançou 51,1%, para R\$ 645,2 milhões, com destaque para o

aumento anual de 69,8% na receita líquida dos terminais de contêiner e carga geral.

No primeiro trimestre, os terminais de contêiner da Santos Brasil movimentaram 333,4 mil unidades, alta anual de 27,3%.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R\$ 321,3 milhões, alta anual de 109,5%. A margem Ebitda ficou em 49,8%, avanço de 13,9 pontos percentuais.

Os custos operacionais da companhia avançaram 12,9% no trimestre, comparado com o mesmo período do ano anterior, para R\$ 286,2 milhões.

A dívida líquida ao fim de março era de R\$ 91,8 milhões, o que resultou no índice de alavancagem, calculado pela relação entre a dívida líquida e o Ebitda pro forma dos últimos 12 meses, de 0,09 vez.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/05/2024



## AGÊNCIA BRASIL - DF

### GOVERNO ANUNCIA R\$ 50,9 BILHÕES PARA O RS: VEJA PARA ONDE VAI O DINHEIRO

Trabalhadores assalariados, beneficiários de programas sociais, estado e municípios, empresa e produtores rurais serão atendidos. O presidente Lula garantiu que nenhuma burocracia deverá atrapalhar a urgência das ações anunciadas pelo governo

Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília



*Em apresentação no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicou que esses são recursos iniciais do governo federal. Foto: José Cruz/Agência Brasil*

O governo federal anunciou, nesta quinta-feira (9), um conjunto de medidas que deve injetar quase R\$ 50,945 bilhões na economia do Rio Grande do Sul, estado que enfrenta a maior tragédia de sua história, após ser atingido por chuvas e enchentes nos últimos dias. A antecipação de benefícios, a estruturação de projetos de logística e

infraestrutura e, principalmente, o aporte de recursos para alavancar e subvencionar o crédito estão entre as ações.

Em apresentação no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva explicou que esses são recursos iniciais. “Isso não termina aqui. Eu tenho dito aos ministros que nós temos que nos preparar porque a gente vai ter o tamanho da grandeza dos problemas quando a água baixar e quando os rios voltarem à normalidade”, disse Lula.

“Vamos ter que, agora, começar a pensar como que a gente vai atender as pessoas. Porque eu já sofri enchente, deu 1,5 metro dentro da minha casa e quando a água vai embora a desgraça é muito feia [...]. Você não tem a quantidade de lama que fica, a quantidade de sanguessuga, de bactérias, de baratas mortas, é um negócio do inferno. E essa gente perdeu aqueles bens, muita gente acha que uma televisão é uma pequena coisa, que não tem muita importância, mas para uma pessoa mais humilde, a televisão é um patrimônio. O fogão é um baita de um patrimônio, a geladeira, então, nem



se fala. E uma máquina de lavar roupa é uma coisa muito importante para as mulheres que estão sobrevivendo a um verdadeiro sofrimento e martírio com essa chuva”, argumentou o presidente.

Lula garantiu ainda que o governo federal está empenhado para que nenhuma burocracia atrapalhe a urgência das ações que vêm sendo anunciadas.

### **Público atendido pelo governo**

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as medidas e recursos anunciados hoje vão beneficiar trabalhadores assalariados, beneficiários de programas sociais, estado e municípios, empresas e produtores rurais.

“É um conjunto amplo de medidas, cada uma com um instrumento específico, para atender esse conjunto de atores que vão ter que, nos próximos dias, começar a reconstruir suas vidas. Assim que a água baixar, esse sistema tem que estar pronto para ser ativado na ponta, para que o povo gaúcho tenha o atendimento o mais rápido possível”, disse.

“É uma primeira medida que vai garantir um fluxo de recursos importante nesse primeiro momento, até que tenhamos um apanhado maior da situação, que pode exigir medidas adicionais”, explicou Haddad.

De acordo com o ministro, o impacto primário das medidas é de R\$ 7,695 bilhões e não afetará as ações e programas executados ordinariamente pelo governo federal em outras regiões do país. “É um recurso em proveito do povo gaúcho, que conta com o decreto de calamidade para sua execução”, disse.

Adicionalmente, cada ministério está elaborando seu plano de ação para o Rio Grande do Sul. Além disso, na próxima segunda-feira (13), o Ministério da Fazenda deve anunciar o resultado das negociações em torno da dívida do estado com a União. O governador Eduardo Leite pede a suspensão das parcelas dos débitos com o governo federal para liberar cerca de R\$ 3,5 bilhões do caixa do estado.

Os anúncios feitos hoje estão em medida provisória assinada por Lula, que será encaminhada ao Congresso Nacional. Durante o evento, Banco do Brasil, Caixa e BNDES também anunciaram medidas adicionais para atender a população do Rio Grande do Sul. Os bancos públicos anunciaram a suspensão do pagamento de dívidas e do FGTS por parte das empresas.

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, estiveram presentes no evento de anúncio no Palácio do Planalto.

### **Trabalhadores assalariados**

Para trabalhadores assalariados, haverá a antecipação do pagamento do abono salarial para este mês de maio. Serão R\$ 758 milhões destinados a 705 mil trabalhadores com carteira assinada.

Também haverá a liberação de duas parcelas adicionais do seguro-desemprego para os desempregados que já estavam recebendo antes da decretação de calamidade, ao final da última parcela. Serão beneficiados 140 mil trabalhadores formais desempregados e o impacto será de R\$ 495 milhões aos cofres públicos.

A Receita Federal também trabalha na priorização no pagamento da restituição do Imposto de Renda para contribuintes do Rio Grande do Sul. O pagamento ocorrerá até junho para até 1,6 milhão de pessoas, no valor de R\$ 1 bilhão. “É um valor que é delas, a única coisa que estamos fazendo é antecipando o cronograma para mobilizar recursos para ativar a economia e a reconstrução da vida das pessoas afetadas”, disse o ministro Fernando Haddad.

### **Beneficiários de programas sociais**

O governo federal antecipará os pagamentos do mês de maio do Bolsa Família e do Auxílio-Gás para 583 mil famílias gaúchas que recebem esses benefícios. O impacto imediato será de 380 milhões.

### Estado e municípios

Serão aportados R\$ 200 milhões para que os fundos de estruturação de projetos dos bancos públicos consigam apoiar e financiar projetos de reconstrução de infraestrutura do estado e dos municípios afetados.

“Estamos falando de pontes, viadutos, estradas, de um conjunto de ativos, logísticos sobretudo, que vão exigir um escritório de projetos para que tenhamos celeridade na contratação e obras. Muitas vezes, você não vai construir a mesma ponte no mesmo lugar, pode ser uma ponte diferente ou deslocar aquele equipamento para outra localidade. Isso vai exigir que tenhamos agilidade para a formatação de projetos que possam ser contratados em regime de urgência”, disse.

“Uma coisa é contratar obras em regime de urgência, outra coisa é não ter o projeto e contratação de obra, você não consegue nem orçar para fazer uma contratação emergencial”, explicou.

O governo federal também fará uma força-tarefa para acelerar a análise de crédito com aval da União para municípios do Rio Grande do Sul. São 14 municípios que estão com operações de crédito em andamento no valor de R\$ 1,8 bilhão, sendo R\$ 1,5 bilhão em operações externas e R\$ 300 milhões em operações internas.



**Ministro da Fazenda, Fernando Haddad (c) durante anúncio de novas medidas de ajuda e apoio do governo federal ao Rio Grande do Sul. Foto: José Cruz/Agência Brasil**

### Empresas

Para as empresas, haverá o aporte de R\$ 4,5 bilhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para garantias de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Segundo Haddad, os recursos deverão alavancar R\$ 30 bilhões em empréstimos aos

empresários.

Além disso, também no âmbito do Pronampe, o governo destinará R\$ 1 bilhão para subvenção de juros, até o valor máximo de crédito concedido passível de desconto de R\$ 2,5 bilhões. Ou seja, dos R\$ 30 bilhões potenciais de crédito, R\$ 2,5 bilhões serão concedidos com desconto de juros.

“Muitas vezes, vocês dão a garantia de crédito, mas, mesmo dando a garantia, tem um limite de redução de juros porque temos uma Selic alta, o spread [diferença entre taxa de captação de dinheiro, pelo banco, e a cobrada dos clientes], e o banco, mesmo querendo, não consegue reduzir a patamares que o tomador consiga pagar, sobretudo em uma situação como essa. Então, nós temos que criar linhas de crédito com juros zero, em alguns casos não haverá outra alternativa”, disse o ministro Haddad.

Segundo ele, o Pronampe funcionou durante a pandemia de covid-19 e, recentemente, foi corrigido para permitir a renegociação de dívidas. “Agora, com essa medida, vamos reativar o programa nas bases estabelecidas pelo seu governo [do presidente Lula]. Qualquer ocorrência que venha acontecer daqui um ano, dois anos com os tomadores, ele vai saber que o sistema bancário estará autorizado a reprogramar esses pagamentos, em caso de necessidade”, explicou.

O governo ainda fará o aporte de R\$ 500 milhões no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI), do BNDES, para garantir a alavancagem de crédito no Programa Emergencial de Acesso ao Crédito. A

medida deve alavancar R\$ 5 bilhões em concessão de crédito para microempresários individuais, micro, pequenas e médias empresas.

Também será prorrogado, por no mínimo três meses, os prazos de recolhimento de tributos federais e Simples Nacional. A medida terá impacto de R\$ 4,8 bilhões e deverá beneficiar 203 mil empresas.

### Produtores rurais

Ainda para empresa e também para produtores rurais, haverá a dispensa da apresentação da Certidão Negativa de Débitos para facilitar o acesso ao crédito, contratações e renegociações em instituições financeiras públicas. A medida valerá por seis meses, de maio a novembro.

Por fim, os produtores rurais também terão R\$ 1 bilhão para subvenção de juros ao Pronaf e Pronamp, até o limite global de crédito de R\$ 4 bilhões passíveis de desconto de juros. “Isso garante uma entrada de recursos no campo bastante importante para recuperar a capacidade de produção agrícola”, disse o ministro Haddad.

*Fonte: Agência Brasil - DF*

*Data: 09/05/2024*

## BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 9,041 BILHÕES EM ABRIL

Petróleo e açúcar puxaram volume exportado no mês passado

*Por Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília*



Apesar da queda de preços da soja, do ferro e do petróleo, o superávit da balança comercial subiu em abril. No mês passado, o país exportou US\$ 9,041 bilhões a mais do que importou, divulgou nesta quarta-feira (8) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

O resultado representa alta de 13,7% em relação ao mesmo mês do ano passado e é o segundo melhor para meses de abril, só perdendo para o recorde de abril de 2021, de US\$ 9,963 bilhões.

A balança comercial acumula superávit de US\$ 27,736 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024. Esse é o maior resultado para o período desde o início da série histórica, em 1989. O valor representa alta de 17,7% em relação aos mesmos meses do ano passado.

Em relação ao resultado mensal, as exportações cresceram em ritmo maior do que as importações. Em abril, o Brasil vendeu US\$ 30,92 bilhões para o exterior, aumento de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2023. As compras do exterior somaram US\$ 21,879 bilhões, alta de 2,2%. Parte dessa alta se deve ao maior número de dias úteis em abril deste ano, porque, em 2024, o feriado prolongado da Semana Santa caiu em março.

Do lado das exportações, a alta no volume de petróleo, de açúcar e de combustíveis foram os principais fatores para a alta. Esse aumento ajudou a compensar a queda na exportação de soja, cuja safra terminou, e de veículos automotores, afetados pela crise na Argentina.

Do lado das importações, o recuo nas aquisições de fertilizantes e derivados e de compostos químicos foi o principal responsável por conter a alta nas compras externas.

Após baterem recorde em 2022, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as commodities recuam desde a metade de 2023. O preço do minério de ferro, que vinha subindo há alguns meses, caiu por causa da desaceleração econômica da China, a principal compradora do produto.

No mês passado, o volume de mercadorias exportadas subiu 22,5%, puxados pelo maior número de dias úteis e pelo petróleo, enquanto os preços caíram 6,8% em média na comparação com o mesmo mês do ano passado. Nas importações, a quantidade comprada subiu 24,8%, impulsionada pela recuperação da economia, mas os preços médios recuaram 8,1%.

### Rio Grande do Sul

Em relação às enchentes no Rio Grande do Sul, o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Herlon Brandão, explicou que o desastre climático só se refletirá na balança comercial a partir de maio. Segundo ele, como a maior parte da safra de soja foi colhida, os efeitos ainda precisam ser avaliados, não só de produtos afetados como do impacto sobre a estrutura de escoamento das exportações do estado.

Brandão destacou que o Rio Grande do Sul é o sexto maior estado exportador do país, representando 6,6% de todo o valor vendido pelo Brasil ao exterior no ano passado. O produto mais exportado pelo Rio Grande do Sul é a soja, que concentra 18% do total vendido ao exterior.

### Estimativa

Em abril, o governo revisou para baixo a projeção de superávit comercial para este ano. A estimativa caiu de US\$ 94,4 bilhões para US\$ 73,5 bilhões, queda de 25,7% em relação a 2023. A próxima projeção será divulgada em julho.

Segundo o MDIC, as exportações cairão 2,1%, encerrando o ano em US\$ 332,6 bilhões. As importações subirão 7,6% e fecharão o ano em US\$ 259,1 bilhões. As compras do exterior deverão subir por causa da recuperação da economia, que aumenta o consumo, num cenário de preços internacionais menos voláteis do que no início do conflito entre Rússia e Ucrânia.

As previsões estão mais pessimistas que as do mercado financeiro. O boletim Focus, pesquisa com analistas de mercado divulgada toda semana pelo Banco Central, projeta superávit de US\$ 79,75 bilhões neste ano.

Fonte: Agência Brasil - DF  
Data: 09/05/2024

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ABDAN IDENTIFICA 5 PRINCIPAIS APLICAÇÕES DA ENERGIA NUCLEAR PARA DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 09/05/2024 - 19:02



#### Arquivo/Divulgação

Associação mapeou, pelo menos, 10 projetos de aplicação de pequenos reatores modulares à indústria marítima

A Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (Abdan) defende que a descarbonização profunda passa pela contribuição da energia nuclear. A associação identificou que existem cinco importantes aplicações da energia nuclear para descarbonização marítima. Além da propulsão naval,

existem outras aplicações, como a geração de energia subsea para aplicações em águas profundas ou cobertas por banquisa (bancos de gelo).

Uma possibilidade é a geração de energia offshore em plataformas flutuantes, considerando que as unidades mais modernas têm limitação de potência instalada. Outra aplicação listada pela Abdan é a energia para operações portuárias, com potencial de ascensão de complexos industriais portuários que poderiam ser alimentados diretamente por usinas nucleares flutuantes. A associação também enxerga a alternativa de produção de combustíveis sintéticos.

O diretor técnico da Abdan, Leonam Guimarães, observa que a indústria nuclear passa por uma transformação significativa com a ascensão dos SMR - pequenos reatores modulares com objetivo de reduzir incertezas e custos de alocação de capital das usinas nucleares de grande porte. A avaliação é que os SMRs representam o futuro da energia nuclear, bastante impulsionada pelas considerações relativas à segurança energética num cenário de inseguranças de natureza geopolítica.

“Fazendo isso, [o SMR] abriu perspectivas de aplicação não convencionalmente de fornecer energia elétrica para redes nacionais, mas para outras aplicações, em especial em setores de difícil descarbonização, incluindo setor marítimo”, disse Guimarães, que é coordenador do Comitê Científico e Tecnológico da Amazul.

A Abdan mapeou, pelo menos, 10 projetos de aplicação de SMRs à indústria marítima. China, Dinamarca, Coreia do Sul, Rússia, Canadá e EUA estão projetando SMRs marítimos e alguns outros países estão à procura e a desenvolver oportunidades relativas ao desenvolvimento e implantação de tecnologia SMR de base marítima através da cooperação internacional.

Atualmente, existem 180 reatores movendo 140 navios e submarinos em seis diferentes países. Guimarães observa uma retomada da discussão com escritórios de projetos e empresas propondo soluções de propulsão naval para grandes navios mercantes, que já tiveram sucesso técnico, mas não comercial. Ele citou projeto chinês de um porta-contêiner projetado para operar em altas velocidades.

Segundo Guimarães, existe perspectiva positiva da energia nuclear ser o motor da produção de combustíveis em grande escala, como descarbonização profunda requer. “Os SMRs podem energizar complexos industriais litorâneos, offshore e até subsea”, ressaltou, na última semana, durante painel do seminário ‘Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil’, promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ).

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 09/05/2024*

## KEPLER WEBER ASSINA CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE ATÉ R\$ 150 MILHÕES COM A IFC

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09/05/2024 - 18:45*



Os recursos têm como objetivo financiar os investimentos em Capex da companhia, principalmente para expansão e modernização das suas duas fábricas

A Kepler Weber anunciou ao mercado, nesta quinta-feira (9), a contratação de financiamento de até R\$ 150 milhões para expandir e modernizar as duas plantas industriais da companhia, em Panambi (RS) e Campo Grande (MS). A instituição financeira que concederá o crédito é a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial.

A IFC é a maior instituição global de desenvolvimento voltada para o setor privado nos mercados emergentes, com presença em mais de 100 países.



A Kepler Weber terá prazo de sete anos para pagar, com carência de 24 meses para amortização do principal. O financiamento será denominado em reais, com taxa de juros corrigida pela variação do CDI + Spread, não implicando em exposição cambial de principal e juros.

“A operação reforça a estratégia da companhia, contribuindo para maior solidez financeira, por meio da diversificação das fontes de financiamento” diz o comunicado assinado por Paulo Polezi, CFO da Kepler Weber.

Assim como em outros contratos vigentes, a própria companhia será garantidora do empréstimo.

Líder na América Latina em soluções de pós-colheita para beneficiamento e armazenagem de grãos e movimentação de granéis em portos, a empresa conta hoje com mais de 1,7 mil colaboradores. Entre 2020 e 2023, os investimentos de Capex da companhia somaram R\$ 179,4 milhões, incluindo expansão e modernização das fábricas, tecnologia da informação, desenvolvimento de novos produtos, dentre outras ações.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 09/05/2024*

## DESCARBONIZAÇÃO NA INDÚSTRIA MARTÍTIMA PODERÁ CRIAR ATÉ QUATRO MILHÕES DE EMPREGOS VERDES ATÉ 2050

*Da Redação NAVEGAÇÃO 09/05/2024 - 18:39*



Um estudo encomendado pelo Fórum Marítimo Global (GMF) à consultoria de engenharia e desenvolvimento sustentável Arup projeta que a transição do setor marítimo para combustíveis verdes poderá gerar até quatro milhões de novos empregos verdes até 2050. O número estimado é o dobro do número de marítimos em atividade hoje no mundo.

A indústria naval é atualmente responsável por 3% das emissões globais de CO2. Sendo a espinha dorsal da economia global, responsável por estimados 80% do comércio global, a indústria tem enfrentado uma

enorme pressão para se descarbonizar rapidamente.

Em 2023, os estados membros da Organização Marítima Internacional (IMO) concordaram com uma data final para o consumo de combustíveis fósseis até ou próximo a 2050.

Alcançar esta meta exigirá grandes volumes de combustíveis com emissões zero, uma parte significativa dos quais serão combustíveis baseados em hidrogênio, de acordo com a GMF.

As projeções mostram que a procura destes combustíveis poderá aumentar rapidamente para mais de 500 milhões de toneladas até 2040, e para 600 milhões de toneladas até 2050. Como atender a demanda exigirá investimento e plantas capazes de gerar uma quantidade gigantista de energia, a criação de novos postos de trabalho também atingirá números expressivos — avaliados em quatro milhões de empregos.

Neste cenário, são necessários até US\$ 4 bilhões de investimento para apoiar o desenvolvimento de infraestruturas renováveis, produção de hidrogênio e instalações de produção de amônia para o transporte marítimo.

“Esta investigação marca um primeiro passo crítico na exploração do papel fundamental que a descarbonização marítima desempenhará na criação de empregos verdes no setor energético. A análise demonstra a enorme escala do potencial para criar um grande número de empregos verdes altamente qualificados. Muitos destes empregos também serão transferíveis para outros setores,

apoio uma maior descarbonização para além do transporte marítimo”, disse Jesse Fahnestock, diretor de Descarbonização do Fórum Marítimo Global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 09/05/2024

## SEATRIUM ASSINA ACORDO DE DESCARBONIZAÇÃO MARÍTIMA COM ABS

Da Redação NAVEGAÇÃO 09/05/2024 - 18:12



A empresa de engenharia Seatrium assinou um acordo com a sociedade classificadora ABS visando colaborar na descarbonização dos setores marítimo e offshore.

As duas empresas assinaram um acordo de colaboração tecnológica de três anos na Offshore Technology Conference em Houston esta semana, informou a Seatrium em comunicado em seu site.

As empresas procurarão desenvolver e comercializar produtos e serviços de modernização ecológicos, incluindo captura de carbono, lubrificação a ar e

propulsão assistida pelo vento.

“A Seatrium está fazendo avanços significativos em nossa abordagem visionária para projetar um futuro energético sustentável e de baixo carbono”, disse Chris Ong, CEO da Seatrium, no comunicado.

“Este progresso é alcançável através de colaborações cruciais da indústria com organizações como a ABS.”

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 09/05/2024

## NOVA INSTALAÇÃO DE HIDROGÊNIO NO PIAUÍ RECEBE IMPULSO DE US\$ 30 MILHÕES

Da Redação OFFSHORE 09/05/2024 - 18:06



A Green Energy Park (GEP) Global, uma franquia de energia renovável, assinou um acordo definitivo para financiamento de US\$ 30 milhões e obteve os direitos de longo prazo para as instalações do terminal portuário de hidrogênio em Luis Correia, Piauí. O evento é um passo à frente em sua jornada construir uma grande planta de produção de hidrogênio e derivados no país.

A GEP, fundada em 2023, informa que tem como objetivo produzir hidrogênio renovável em locais de custos competitivos, com foco inicial no Nordeste do

Brasil. A intenção é distribuir seus combustíveis verdes para indústrias e empresas de transportes, com missão de ajudar a descarbonizar setores da economia.

A Green Energy Park Piauí é a primeira planta de produção de hidrogênio da GEP, para 10,8 GW de capacidade de eletrolisador quando totalmente construída.

“Trabalhar em estreita colaboração com compradores em todo o mundo permite uma nova abordagem para projetar, construir e operar uma cadeia de abastecimento de hidrogênio verticalmente integrada. A Green Energy Park está fazendo parceria com uma ampla gama de

usuários de energia, oferecendo uma solução de custo competitivo para suas necessidades de descarbonização”, observou a companhia.

Bart Biebuyck, CEO da GEP, afirmou: “O mundo corre o risco de ficar para trás nos seus objetivos climáticos. A urgência de agir é agora. Apesar dos muitos esforços e programas para travar as alterações climáticas, as emissões provenientes de combustíveis fósseis, incluindo carvão, petróleo e gás, atingiram um novo recorde em 2023. Para atingir emissões líquidas zero de carbono até 2050, precisamos de instalar 6.000 gigawatts de capacidade de eletrolisador ao redor do mundo. Esta é uma tarefa monumental. A boa notícia é que isso pode ser feito. Não é tarde demais para agir. Mas devemos agir agora”.

Para a empresa, o Piauí está prestes a se tornar o marco zero da revolução do hidrogênio.

Victor Hugo Almeida, CEO da Investe Piauí, comentou: “O estado do Piauí oferece algumas das melhores condições do mundo para a produção de hidrogênio verde. O governo do estado e o governador, Rafael Fonteles, estão totalmente comprometidos em desbloquear o grande potencial da nossa dotação única de recursos naturais em benefício dos nossos cidadãos, do clima e, na verdade, do mundo”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/05/2024

## NICARÁGUA ENTERRA PLANO DE CANAL LIGANDO ATLÂNTICO E PACÍFICO

Da Redação NAVEGAÇÃO 09/05/2024 - 17:55



A Nicarágua cancelou oficialmente uma concessão de 50 anos que concedera ao bilionário chinês Wang Jing há mais de uma década, encerrando planos de longa data para construir um canal alternativo ao do Panamá.

Há dez anos, o projeto foi anunciado para a construção de uma hidrovia de 278 quilômetros, ao custo de US\$ 50 bilhões. Mas Wang, um magnata das telecomunicações de Pequim, nunca deu início ao empreendimento. Ele fora atingido por uma quebra no mercado de ações, reduzindo seu poderio econômico.

Em 2022, outro projeto anunciado ligaria os dois oceanos por um túnel subterrâneo que usaria tecnologia de levitação magnética para transportar contêineres em menos de 30 minutos. A Zergratran, com sede na Flórida, autora do projeto, desde então não voltou ao tema.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/05/2024

## TRANSIÇÃO TRAZ MUITAS OPORTUNIDADES PARA AMPLIAR EFICIÊNCIA ATÉ 2030, AVALIA WILSON SONS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09/05/2024 - 18:59



### Divulgação

Dentro do mapeamento para novas embarcações, empresa analisa desde projetos para construir embarcações híbridas com banco de baterias a rebocadores totalmente elétricos, bem como a utilização do biodiesel, etanol e GNL

A Wilson Sons identifica que a etapa de descarbonização do setor de navegação em curso, até 2030, oferece muitas oportunidades para as empresas trabalharem em soluções voltadas para o aumento da

eficiência operacional. O diretor de operações da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, destacou que, para os rebocadores, é importante o desenvolvimento da energia de terra, além do monitoramento da frota, o que otimiza as velocidades nos deslocamentos, o posicionamento das embarcações de apoio e também o projeto do casco.

Uma das iniciativas da Wilson Sons para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) está no uso de energia de terra em portos brasileiros. Calbucci destacou que, na semana passada, foi inaugurada no Porto do Açu (RJ) uma estrutura que permite a atracação simultânea de até quatro rebocadores, com fornecimento de energia de terra (Onshore Power Supply).

Outra frente é o monitoramento que permitiu a redução do consumo da frota em até 5%, a partir da implementação central de operações em Santos, há mais de 10 anos. Calbucci mencionou que os últimos seis rebocadores construídos pelo estaleiro do grupo, no Guarujá (SP), foram projetados com quilhas duplas que permitem redução de consumo de combustível em até 14% em embarcações de alta potência, que operam no Porto do Açu, Ponta da Madeira (MA) e em Santos (SP).

### Combustíveis

A companhia, que atua em 25 portos no Brasil, vem experimentando diferentes tecnologias de descarbonização. Calbucci disse que, dentro do mapeamento para novas construções e novas embarcações, a empresa analisou desde projetos para construir embarcações híbridas com banco de baterias a rebocadores totalmente elétricos, bem como a utilização do biodiesel (FAME e HVO), etanol e gás natural liquefeito (GNL).

A Wilson Sons vê o HVO (diesel verde renovável) como promissor no curto prazo. A empresa estima que, dependendo de como é fabricado, é possível alcançar uma redução de 74% até 90% das emissões. O grupo tem um projeto piloto que vai trazer HVO dos Estados Unidos, visando reduzir emissões em até 50%. "Esse é um projeto em parceria com o Porto do Açu e esperamos, em breve, ter disponibilidade na Petrobras desse tipo de combustível", projetou Calbucci.

A Wilson Sons entende que, considerando as vantagens e desvantagens para utilização de certas tecnologias para o apoio portuário, o biodiesel é um combustível de fácil adaptação. Calbucci destacou que já existe disponibilidade do biodiesel do tipo FAME no Brasil, que poderia ser misturado no diesel, com boa intensidade energética.



Calbucci lembrou que existe uma busca junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para utilização da mistura do biodiesel. A Petrobras recebeu autorização da agência, mas as empresas ainda precisam ter prevista a possibilidade de utilização do biodiesel B7, já utilizado nos caminhões. Ele estima que essas autorizações permitiram reduções em até 5% no consumo e nas emissões de GEE das embarcações.

“Precisamos do auxílio do governo e de entidades na regulamentação para utilização desses combustíveis e buscar melhores quantidades e preços para o HVO”, comentou, na última semana, durante painel do seminário ‘Transição Energética no Mar: Desafios e Oportunidades para o Brasil’, promovido pelo BNDES, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro (RJ). “Julgamos que poderemos utilizar no futuro muito breve o biodiesel e o HVO, que é um combustível drop-in, que podemos substituir. “Se tivéssemos HVO em quantidades adequadas e com o preço adequado no mercado, poderíamos utilizá-lo de imediato”, analisou Calbucci.

O diretor de operações da Wilson Sons acrescentou que a empresa vem estudando o etanol, que tem muita disponibilidade no Brasil e pode ser armazenado em tanques convencionais e utilizado em motores flex. Calbucci lembrou que já existem motores desse tipo com metanol no mundo, mas existem discussões com fabricantes de motores que isso será possível num futuro breve.

Um desafio adicional para os rebocadores e para barcos de apoio offshore é que o etanol precisa de volume de armazenamento grande por ter poder calorífico menor. Por outro lado, é um combustível muito conhecido no Brasil e com tecnologia bastante desenvolvida. A Wilson Sons opera mais de 80 rebocadores no Brasil, de sua frota de apoio portuário, além de 25 embarcações de apoio offshore por meio da Wilson Sons Ultratug.

### Eletrificação

Outra possibilidade em estudo é a eletrificação, na medida em que, dependendo da maneira como as baterias são produzidas, se tem eficiência energética e baixos custos operacionais, com emissão praticamente zero. A desvantagem fica por conta do custo muito alto de construção de uma embarcação com baterias, pois construir com combustíveis convencionais e com banco de baterias, que poderia produzir um terço da potência necessária, hoje custa 70% mais caro.

Uma das perguntas a ser respondida é como a infraestrutura portuária se adaptaria à eletrificação, já que precisaria de locais para carregamento com eficiência e com rapidez. No caso do GNL, a avaliação é que trata-se de uma tecnologia madura, com possibilidade de motores a combustível de baixo custo. “Assim como etanol, tem bastante risco à segurança, [necessidade de] treinamento das tripulações, e riscos que podem ser submetidos em operações com GNL, etanol e, nem se fala, amônia, que é muito grande”, analisou Calbucci.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 09/05/2024*



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 09/05/2024*